

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

MÁRIO ARTHUR FRANCO GARCIA

**CRITÉRIOS DE NOTICIALIDADE: UM ESTUDO DE CASO DA EDITORIA DE
POLÍTICA DO JORNAL DIÁRIO DO VALE**

**VOLTA REDONDA
2018**

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE: UM ESTUDO DE CASO DA EDITORIA DE
POLÍTICA DO JORNAL DIÁRIO DO VALE**

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo do UniFOA como requisito à obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Aluno:

Mário Arthur Franco Garcia

Orientador:

Professora Mestre Rebeca Baltazar Chaves

VOLTA REDONDA

2018



FOLHA DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: critérios de noticialidade: um estudo de caso da editoria de política do Jornal Diário do Vale, elaborado por Mário Arthur Franco Garcia, apresentado publicamente perante a Banca Avaliadora, como parte dos requisitos para conclusão do curso de Jornalismo.

Aprovada em _____ de _____ de 2018.

Banca Avaliadora:

Professor Orientador

Mestre Rebeca Baltazar Chaves – Centro Universitário de Volta Redonda uniFOA

Professor Avaliador

Mestre Afranio Teodoro Moutinho – Centro Universitário de Volta Redonda uniFOA

Professor Avaliador

Mestre Douglas Baltazar Goncalves – Centro Universitário de Volta Redonda uniFOA

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente às pessoas mais importantes da minha vida: pai e mãe. Aos demais familiares que me deram suporte e aos amigos que estiverem ao meu lado nesta jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus pelo dom da vida. À mestra Rebeca Baltazar pelo empenho e companheirismo na construção deste trabalho. À minha família pelo carinho e dedicação durante todo este percurso.

“Às vezes a única coisa verdadeira
num jornal é a data”

(Luís Fernando Verissimo)

RESUMO

A pesquisa em questão propôs apresentação acerca dos critérios de noticiabilidade adotados pelo o jornal impresso Diário do Vale, em sua editoria de política. O objeto foi escolhido por ser o mais representativo em tiragem na região Sul Fluminense. Para a análise foi selecionado o período dos dias 05 a 10 de Abril de 2018, a fim de identificar quais critérios de noticiabilidade adotados pelo jornal em períodos significativos para a história política do país – como o pedido de *habeas corpus* negado ao ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e sua posterior prisão no dia 7 de abril - diante da hipótese de que o veículo não adota critérios consistentes de acordo com o autor Mauro Wolf (2012) que é uma referência no tema e foi escolhido para esta pesquisa por tratá-los de forma didática e objetiva. Este é um trabalho qualitativo e se apresenta com uma pesquisa descritiva sobre o histórico do jornal impresso, sua relação com a sociedade e política, além de sua estrutura e significação social. Diante do exposto, o objetivo foi reconhecer a relação que existe na editoria de política do jornal Diário do Vale e identificar os critérios de noticiabilidade utilizados por ele; argumentando e enumerando quais os critérios adotados e a relevância das notícias apresentadas. Considerando que a política está relacionada, em geral, a acontecimentos de interesse público, isso se torna intrinsecamente ligado ao jornalismo, que dentre seus preceitos está à veiculação deste tipo de ocorrência. Contudo, as notícias podem ser concebidas atualmente como mercadorias e cada uma delas tem um chamado ‘valor-notícia’ que colabora para que ela seja publicada ou não, de acordo com diversos fatores que podem envolver a rotina jornalística em um veículo impresso, como o escolhido para esta análise. As notícias veiculadas durante o período delimitado para a pesquisa na editoria de política terão seus critérios de noticiabilidade tabulados de acordo com Mauro Wolf (2012). O trabalho mostrou que a imprensa colabora para a personalização da política na figura do político, uma vez que suas publicações são voltadas a pessoa que executa a ação e não ao acontecimento em si.

Palavras-chave: jornalismo; jornal impresso; política; critérios de noticiabilidade.

ABSTRACT

The research in question presents a discussion about the newsworthiness criteria adopted by the printed newspaper *Diário do Vale* in its policy editor. The object was chosen because it is the most representative in the southern region of Rio de Janeiro. For the analysis, the period from April 5 to 10, 2018 was selected, in order to identify the news criteria adopted by the newspaper in periods that are significant for the country's political history - such as the petition for habeas corpus denied to former president Luis Inácio Lula da Silva and his subsequent arrest on April 7th - given the hypothesis that the vehicle does not adopt consistent criteria according to the author Mauro Wolf (2012), who is a reference in the theme and was chosen for this research, in a didactic and objective way. This is a qualitative work and presents itself with a descriptive research on the history of the printed newspaper, its relationship with society and politics, and its structure and social significance. In view of the above, the objective was to recognize the relationship that exists in the policy editor of the *Diário do Vale* newspaper and to identify the criteria of newsworthiness used by him; arguing and enumerating what criteria were adopted and the relevance of the news presented. Considering that politics is generally related to events of public interest, this becomes intrinsically linked to journalism, which among its precepts is the placement of this type of occurrence. However, news can now be conceived as commodities and each of them has a so-called 'news value' that contributes to its publication or not, according to several factors that may involve the journalistic routine in a printed vehicle, such as chosen for this analysis. News stories served during the reporting period will have their noticiability criteria tabulated according to Mauro Wolf (2012). The work showed that the press contributes to the personalization of politics in the figure of the politician, since its publications are directed to the person who performs the action and not to the event itself.

Keywords: journalism; newspaper; politics; noticiability criteria.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 IMPRENSA	14
2.1 Aspectos Históricos da Imprensa	14
2.2 Jornal Impresso	15
2.3 Estrutura de um jornal	19
3 RELAÇÃO ENTRE JORNALISMO, POLÍTICA E SUA INFLUÊNCIA NA SOCIEDADE	22
3.1 Jornalismo político	22
3.2 Jornalismo partidário	23
3.3 Influência, poder e credibilidade	24
3.4 Gatekeeper, critérios de noticiabilidade e Valores Notícia	25
3.5 Critérios de noticiabilidade	26
4 ANÁLISE.....	32
4.1 Diário do Vale	32
4.2 Apresentação das matérias	32
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
6 REFERÊNCIAS.....	57

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Gazeta de Lisboa Séc. XVIII	15
Figura 2: Correio Braziliense, Junho de 1808.....	17
Figura 3 Editorias Especial e Política dia 05 de abril de 2018.....	33
Figura 4: Editoria Nacional do dia 05 de abril de 2018.....	34
Figura 5: Editoria de Política, edição do dia 6 de abril de 2018.....	36
Figura 6: Editoria Nacional do dia 06 de abril de 2018.....	39
Figura 7: Editoria de Política dia 08 de abril de 2018	41
Figura 8: Editoria Nacional dia 08 de abril de 2018	43
Figura 9: Editoria Política dia 09 de abril de 2018	45
Figura 10: Editoria Nacional dia 09 de abril de 2018	47
Figura 11: Editoria Política dia 10 de abril de 2018	49
Figura 12: Editoria Nacional dia 10 de abril de 2018	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Critérios de noticiabilidade	31
Quadro 2: Vertentes do critério substantivo utilizado pelo jornal Diário do Vale	53

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1	59
Anexo 2	60
Anexo 3	61
Anexo 4	62
Anexo 5	63
Anexo 6	64
Anexo 7	65
Anexo 8	66
Anexo 9	67
Anexo 10	68
Anexo 11	69
Anexo 12	70
Anexo 13	71
Anexo 14	72
Anexo 15	73
Anexo 16	74
Anexo 17	75
Anexo 18	76
Anexo 19	77
Anexo 20	78
Anexo 21	79
Anexo 22	80
Anexo 23	81
Anexo 24	82
Anexo 25	83
Anexo 26	84
Anexo 27	85
Anexo 28	86
Anexo 29	87
Anexo 30	88
Anexo 31	89
Anexo 32	90
Anexo 33	91
Anexo 34	92

Anexo 35	93
Anexo 36	94

1 INTRODUÇÃO

O jornalismo é parcialmente independente de suas fontes na produção do conteúdo das notícias. Ele pode ser capaz de influenciar quem tem autoridade, valores da política e quais alocações são feitas. O jornalismo compartilha um destino semelhante com os três poderes constitucionais, sendo parcialmente independente e parcialmente dependente de outras instituições para cumprir sua própria tarefa.

As pesquisas brasileiras que construíram a subtemática “Comunicação e Política” tiveram sua culminância nas análises feitas sobre as eleições presidenciais de 1989. Foi a partir do fenômeno denominado Collor que surgiram interesses em buscar e reconhecer a importância da comunicação no processo político brasileiro.

Diante do exposto, o objetivo é reconhecer a relação que existe entre a editoria política do jornal Diário do Vale e identificar os critérios de noticiabilidade utilizados por ele; argumentando e enumerando quais os critérios adotados e a relevância das notícias apresentadas.

Esta pesquisa propõe-se a discutir os critérios de noticiabilidade com base no meio de comunicação da região Sul Fluminense, com maior circulação impressa: o jornal Diário do Vale. Para isso, foi selecionado o período dos dias 05 a 10 de Abril de 2018. A fim de analisar os critérios de noticiabilidade adotados pelo mesmo diante da hipótese de que ele não adota critérios consistentes de acordo com Mauro Wolf (2012) – autor escolhido para esta pesquisa por tratá-los de forma didática e objetiva. Para isso, uma revisão bibliográfica acerca de Christofolletti (2008), Correia (1997), Giovannini (1987), Medina (1988), Sousa (2004), Travancas (1992), Vizeu (2014) e Wolf (2012) será realizada. Além disso, uma pesquisa descritiva sobre o jornal e sua estrutura também faz parte da metodologia deste trabalho.

O primeiro capítulo destina-se a abordar aspectos históricos que envolvem o surgimento da imprensa e do jornal impresso. Para isso, as principais referências bibliográficas utilizadas foram Sousa (2003) e Caversan (2009) por serem autores de obras que contemplam amplamente o assunto e descrevem o processo de maneira didática e objetiva, proporcionando um bom entendimento e desenvolvimento da pesquisa.

O segundo capítulo será abordado os fundamentos do jornalismo político, e notícia e os critérios de noticiabilidade de acordo com Mauro Wolf. Tendo em vista que cabe ao profissional da comunicação selecionar esses eventos, diferenciar-se são apenas uma sucessão casual de fatos ou um evento de fato noticiável.

O terceiro capítulo será apresentado brevemente o Jornal Diário do Vale, sua história e estrutura. Para o estudo de caso, serão apresentadas as notícias selecionadas para análise. Cabe destacar que as editorias de política e nacional analisadas são responsáveis por temáticas referentes a política – a primeira de âmbito geralmente regional e a segunda a acontecimentos que dizem respeito ao Congresso Nacional e Justiça.

As datas entre 05 a 10 de Abril de 2018 foram escolhidas por se tratarem de um período de acontecimentos marcantes na história da política brasileira, como o pedido de *habeas corpus* negado ao ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e sua posterior prisão no dia 7 de abril. As notícias veiculadas na editoria de política nessas datas terão seus critérios de noticiabilidade tabulados de acordo com os critérios de Wolf (2012). Justificando assim, a importância de se analisar os critérios de noticiabilidade adotados pela editoria de política do Jornal Diário do Vale.

2 IMPRENSA

Para o início deste trabalho, este capítulo destina-se a abordar aspectos históricos que envolvem o surgimento da imprensa e do jornal impresso. Para isso, as principais referências bibliográficas utilizadas foram Sousa (2003) e Caversan (2009) por serem autores de obras que contemplam amplamente o assunto e descrevem o processo de maneira didática e objetiva, proporcionando um bom entendimento e desenvolvimento da pesquisa.

2.1 Aspectos Históricos da Imprensa

É necessário buscar a história para demonstrar as transformações do Estado contemporâneo, para assim tratar da evolução da imprensa. De acordo com Sousa (2004; p.144) desde sempre que o homem procurou comunicar aos seus semelhantes as novidades e as histórias socialmente relevantes de que tinha conhecimento.

Neste sentido, a escrita deve ser considerada como um dos principais fundamentos do processo da comunicação social, levando em consideração que ela contribuiu para o ser humano conseguir contar e recontar histórias. Ela possibilitou ao homem transmitir informações que antes aconteciam somente de forma oral.

Sousa (2004) relata que foram os gregos e os antigos romanos, com as *Actas* (publicações onde se registravam as decisões do Império Romano) de cada dia, que moldaram uma espécie de jornalismo pré-tipográfico. Ele afirma que ao final da república Romana surgiram as *Actas*, que eram fixadas em frente à residência de Júlio César relatando as sessões do Senado e outros acontecimentos julgados importantes para a época. Até então o meio de comunicação mais utilizado era a fala, ou seja, comunicação verbal, por isso existiam poucos exemplares de documentos escritos.

Com o crescimento econômico acontecendo, a partir da expansão do comércio, surgiu a necessidade de se obter informações mais detalhadas sobre o que acontecia nas cidades. Essa necessidade ganhou espaço para uma demanda de um instrumento técnico que fosse facilitador da divulgação das informações. O jornalismo apresentava uma posição de opinião com o intuito de atingir um grande

número de leitores; desta forma, faziam alterações nos textos com influência da publicidade.

No século XVIII surgiu o Iluminismo com seus ideais de conhecimento científico e crítico, passando a influenciar os modelos de textos jornalísticos. Lage (2005 p. 32) confirma essa afirmação quando diz que “o jornalismo iluminista tentava agrupar nas mesmas mensagens a ciência, a estética literária e a busca do convencimento”.

2.2 Jornal Impresso

Com o surgimento da impressora em meados do século XVIII, a reprodução de informações com velocidade, aparentemente impossível para a época, se tornou possível. A tecnologia gráfica teve seu desenvolvimento favorecido a partir do aprimoramento do comércio entre Europa e Ásia. Sousa (2003) corrobora essa afirmação quando diz que o que iniciou a expansão da comunicação foram os grandes descobrimentos, o crescimento do comércio e a invenção da tipografia.

A tipografia é uma técnica para compor e imprimir, também conhecida como imprensa que surgiu originalmente na China e foi aprimorada por Johannes Gutenberg, fato que provocou uma grande revolução na modernidade. De acordo com Sousa (2003), o surgimento da imprensa foi a iniciativa para a democratização da cultura, mesmo simplificando as mensagens. Surgiram então as primeiras impressões: gazetas que eram periódicos em formato de tablóide (Figura 1); os pasquins que eram textos satíricos colados em locais públicos; folhetos eram obras impressas em poucas folhas que não eram periódicos; e libelos que se tratavam de escritos curtos, difamatórios, injurioso ou satírico.

Figura 1: Gazeta de Lisboa Séc. XVIII



Fonte: Disponível em: <http://restosdecoleccion.blogspot.com.br>. Acesso em: 20 de abril de 2018.

Em meados do século XVII surgem os primeiros jornais impressos diários conhecidos por “jornais políticos”. De acordo com Briggse Burke (2006 p. 103) “a matéria impressa teve parte importante na Revolução Francesa, que começou com apelos a uma imprensa livre”.

A Revolução Francesa teve um papel importante para a imprensa, visto que havia um grande número de notícias interessantes a serem publicadas e um volume muito grande de leitores. Mas a imprensa também foi muito importante para a Revolução, conforme corrobora a afirmação de Jeremy Popkin (2006 *apud* Briggse Burke 2006 p. 104) “a imprensa periódica foi indispensável para dar legitimidade à feitura das novas leis da Revolução, tornando o processo público”.

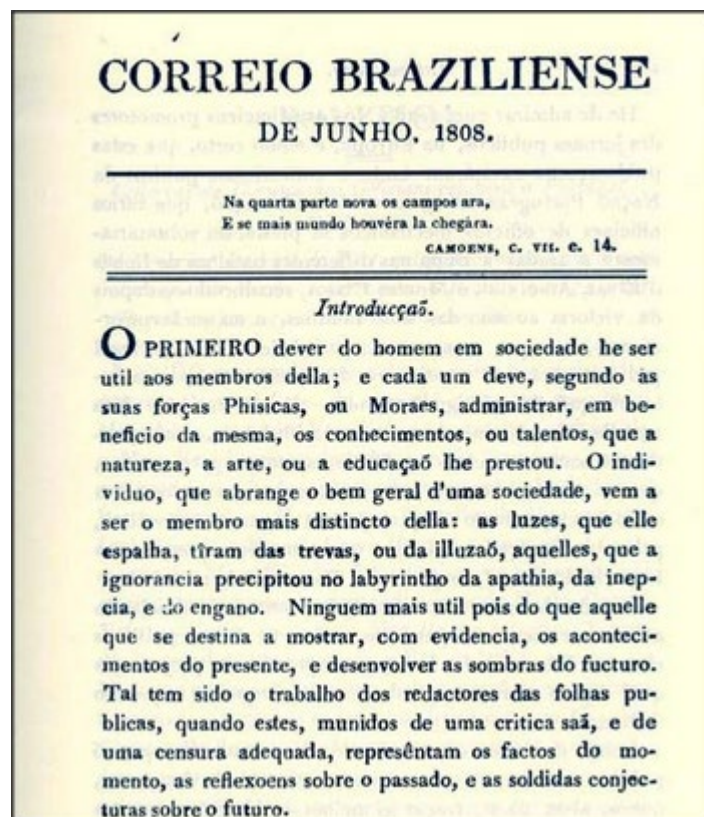
Ainda de acordo com idem (2006), considerando a força e o poder que a imprensa ganhou, governantes começaram a controlar as publicações periódicas e desta forma criaram um sistema de concessão de licenças às pessoas de confiança. Sendo assim, em 1631 a *Gazete de France* teve seu início regular; pouco depois foi lançada a *London Gazette*; em 1641 surgiu a primeira imprensa periódica portuguesa, a *Gazeta* em que se relatam as novas desta corte, e que vieram de várias partes no mês de novembro de 1641.

Segundo Noblat (2002) com a chegada da corte portuguesa no Brasil surge a Imprensa Régia, onde se imprimem leis e papéis diplomáticos assim exercendo a censura prévia. “A Imprensa Régia foi parte da estrutura burocrática do Império, destinada a imprimir documentos, decretos e livros, entre outras coisas. Ela foi a

primeira imprensa do Brasil, e surgiu com a vinda da família real portuguesa em 1808. Todo o maquinário foi trazido da Europa como parte da bagagem de D. João VI e sua família”.¹

Em 1º de Junho de 1808 foi editado em Londres o primeiro número do Correio Braziliense (Figura 2), que foi impresso clandestinamente por José da Costa Hipólito para escapar da censura. Essa edição era uma revista doutrinária defensora da liberdade de imprensa e da constituinte. Nesse mesmo ano o Rio de Janeiro tornou-se capital do Reino de Portugal e do Brasil, esse acontecimento segundo Melo (2006) *apud* Sousa (2003, p.148)

Figura 2: Correio Braziliense, Junho de 1808.



Fonte: Disponível em: <<http://osheroisdobrasil.com.br>>. Acesso em: 20 de abril de 2018.

Promoveu a criação da imprensa no Brasil, pois desenvolveu as relações sociais, culturais e comerciais, que geraram riqueza, promoveram a

¹Informações disponíveis no site <<http://www.oieduca.com.br/biblioteca/que-dia-e-hoje/d-joao-vi-cria-a-imprensa-regia'-no-rio-de-janeiro.html?sniveleduca=efaf>>. Acesso em 06 de maio de 2018.

alfabetização e inspiraram nos letrados com poder econômico a vontade de participar na governação.

A imprensa dominante no início do século XIX era a opinativa ou imprensa política. Álvarez (2004) *apud* Sousa (2003) chama a atenção para a escassez de matéria-prima informativa, a alfabetização reduzida e para a falta de recursos econômicos da maioria da população, que circunscrevia a aquisição de jornais a uma elite burguesa ansiosa por participar no processo decisório.

A proliferação de movimentos político-ideológicos contribuiu também para a politização da audiência e também para o crescimento do jornalismo opinativo. Com o surgimento do telégrafo e caminhos-de-ferro a capacidade de circulação e difusão dos jornais cresceram consideravelmente.

Por volta dos anos vinte e trinta do século XIX, nos Estados Unidos começam a surgir os primeiros jornais menos opinativos e mais factuais e noticiosos. Nesses jornais, as notícias deixaram de ser submissas aos assuntos de política, economia e guerra e, passaram a tratar de assuntos de polícia e da sociedade. Segundo Sousa (2004 p. 21) “as notícias tornam-se dominantes, substituindo os artigos, reinventando-se a tradição noticiosa que esteve na génese das primeiras gazetas e mercúrios do século XVI e XVII”.

Ainda de acordo com Álvarez (2004) *apud* Sousa (2003) outros fatores também contribuíram para a difusão deste tipo de jornal impresso, foram eles:

- Alfabetização;
- Concentração das pessoas em cidades, urbanização e urbanidade;
- Aumento do poder de compra;
- Aparecimento de empresas jornalísticas devotadas ao lucro e não à arregimentação de partidários;
- Novos valores e novas formas de vida despertam a atenção para o desporto, as viagens, etc.;
- Os progressos tecnológicos (rotativa, linotipia, etc.) permitem o aumento das tiragens dos jornais e o decréscimo dos custos de produção.

2.3 Estrutura de um jornal

Segundo Carvesan (2009), a hierarquia de um jornal impresso atualmente é dividida em: diretor de redação e seus auxiliares, os secretários de redação e diretores executivos. Todos os outros editores e alguns setores que apoiam o jornal estão ligados a esse primeiro escalão.

De modo geral, os editores-executivos e os secretários têm funções específicas, mas se dividem em duas frentes de atuação: edição e produção ou abertura e fechamento. A produção é tudo o que diz respeito à produção do material jornalístico que será produzido ao longo do dia antes de ir para a parte de edição ou fechamento.

Algumas empresas jornalísticas têm um secretário, ou também pode receber o nome de gerente, que fica responsável por todo processo extra jornalístico à redação, ligado mais a área administrativa, gerenciando cargos, salários, pedidos de demissões, contra-cheques, orçamentos de viagens, aquisição de equipamentos e outros.

A estrutura de um jornal é dividida por editorias segundo Carvesan (2009):

a. Editoria de opinião

É a seção responsável pelos artigos e editoriais que são vinculados no jornal, material que traz claramente a opinião do veículo ou do autor. Em decorrência dos editoriais refletirem a linha política-editorial do jornal, é a repartição que tem o maior controle por parte dos diretores da redação ou pelo próprio empresário, dono da empresa.

Geralmente ao invés de ter repórteres e redatores há um editor ou um corpo de editorialista, que escrevem os editoriais, que são colaboradores fixos, ou funcionários contratados. Esses profissionais nem sempre são jornalistas, mas apresentam especialização nas áreas que escrevem, como administração pública, política ou economia, por ser uma editoria de caráter formativo e do posicionamento político que o editorial exige. Tudo publicado como editorial é a tradução da posição do veículo, e isso carrega uma grande responsabilidade, exigindo ainda mais correção e precisão das informações ali presentes, além da clareza nas opiniões. O

proprietário do jornal ou o diretor de redação são as pessoas que aprovam os temas dos editoriais.

b. Editoria de política ou nacional

Trata da parte de produção e publicação de todo o material político de um jornal. Desta forma, as outras editorias se mantêm como um corpo de repórteres próprios que utilizam da filial de Brasília, devido a proximidade com o poder público Executivo, Legislativo e Judiciário.

A editoria de política tem sua estrutura voltada a atender a diversidade de temas que faz cobertura. Sejam eles voltados a Presidência da República, ministérios, judiciário, Câmara de Deputados, Senado ou outros órgãos da administração pública.

c. Editoria de Economia

É parte que trata de questões dedicadas a macroeconomia, finanças públicas, negócios, agropecuária, finanças pessoais e mercadorias. Grande parte de seu conteúdo é gerado também em Brasília, por conta dos ministérios econômicos e órgãos públicos relacionados, como o Banco Central e empresas estatais.

Segundo Caversan (2009) essa editoria tem tido uma presença preponderante nos grandes jornais devido ao papel cada vez mais importante da economia num mundo globalizado. Visto que tempos atrás os temas abordados como econômicos eram de interesse maior dos empresários e gestores públicos mas, atualmente o assunto passou a fazer parte do cotidiano do leitor comum que cada vez mais busca se informar sobre o mundo a sua volta.

d. Editoria de cidades ou geral

É a editoria que abrange assuntos mais diversos e que atentem a temas que dizem respeito ao cotidiano do leitor. De acordo com Caversan (2009, p. 25).

Ela é subdividida em seções que variam de jornal para jornal, mas que quase sempre dizem respeito a saúde, educação, segurança, transporte, saneamento, comportamento, meio ambiente e ciências, trânsito ou lazer, entre outros poucos assuntos

Desta forma, é a editoria que está mais próxima da realidade de todos os leitores, pois, fala um pouco de cada tema de seu dia a dia. Devido a sua grande

variedade de temas abordados é a seção de maior volume em um jornal e que mais presta serviços aos cidadãos, visto que oferece diversas informações diárias relevantes.

e. Editoria de Cultura

Trata-se da editoria relacionada à arte, cultura e entretenimento. Estão presentes nos principais jornais do país e suas colunas ou cadernos estão classificados como utilidade pública, visto que por se tratar de uma seção relacionada a arte e cultura, está correlacionada também a eventos culturais; desta forma, leva ao leitor conhecimento sobre a programação cultural da cidade.

3 RELAÇÃO ENTRE JORNALISMO, POLÍTICA E SUA INFLUÊNCIA NA SOCIEDADE

Pode-se afirmar que a relação entre o jornalismo e a política surgiu no Império Romano. Sousa (2004) afirma que os gregos e antigos romanos usavam as chamadas Actas (publicações onde se registravam as decisões do Império Romano) para informar as decisões do dia, que moldaram uma espécie de jornalismo pré-tipográfico. Afirma também que as Actas eram fixadas em frente à residência de Júlio César relatando as sessões do Senado e outros acontecimentos julgados importantes para a época. Até aquele momento, o meio de comunicação mais utilizado era a verbal, por este motivo, documentos escritos eram escassos. Por conta da expansão do comércio e aumento da economia, surgiu a necessidade de mostrar, mais detalhadamente os acontecimentos. Desta forma, pode-se observar o surgimento da relação entre o jornalismo e a política e sua influência para a sociedade. Desde a época do Império Romano, os políticos da época, tinham a necessidade de passar suas decisões e discussões à sua população. O dia a dia de uma sociedade, que é a fonte das notícias, é composto por uma abundância de acontecimentos. Cabe ao profissional da comunicação selecionar esses eventos, diferenciar se são apenas uma sucessão casual de fatos ou um evento de fato noticiável. Neste capítulo será abordado, portanto os fundamentos do jornalismo político, e notícia e os critérios de noticiabilidade de acordo com Mauro Wolf.

3.1 Jornalismo político

O Jornalismo político é uma especialização da imprensa que tem por objetivo cobrir assuntos ligados, principalmente, às notícias relacionadas a política em âmbito nacional, estadual e municipal. Além disso, tem como função divulgar os acontecimentos dos poderes Legislativo e Judiciário, bem como acompanhar os partidos políticos e averiguar o cumprimento dos deveres políticos.

De acordo com Pena (2012), o profissional que trabalha na área política deve estar inserido no meio, deve conhecer as características dos partidos e o funcionamento das instituições. Para reportar corretamente as notícias é fundamental o conhecimento prévio dos assuntos a serem tratados. Tal formação

está condicionada a cobertura do meio político e ao conhecimento histórico dos fatos.

Os assuntos mais comuns no meio do jornalismo político no Brasil são: o dia a dia de Brasília, a corrupção e suas representações ramificadas país afora, a redemocratização do país em diversas áreas, eleições e perfil do eleitorado, alternância do poder, transição entre governos. De modo geral, os assuntos mais cobertos sempre estiveram à frente do poder político central.

3.2 Jornalismo partidário

Cabe contextualizar que a relação entre a imprensa e a política consolidou-se no Brasil ainda no Século XIX com o surgimento do jornalismo político-partidário em 1888. A imprensa se tornou agente essencial para a vida partidária. Desta forma, começaram a surgir as redações, os jornais começaram a formar suas organizações de editoriais e a se fortalecer com a racionalidade de seu funcionamento. O jornalismo ganhou um conceito com a forma político-partidária, tornando-se meio de formação doutrinária da opinião pública. Rüdiger (1993, p. 36) define que o jornalismo político-partidário “desenvolveu a concepção de que o papel dos jornais é essencialmente opinativo, visa veicular organizadamente a doutrina e a opinião dos partidos na sociedade civil”.

Ainda de acordo com o autor, os jornalistas tornam-se então, os responsáveis pela ocupação de transmitir de forma ponderada a doutrina de cada partido dirigir a opinião pública. E, ainda assim, o jornalismo era considerado uma atividade precária. O autor Rüdiger (1993) afirma que os leitores eram limitados pela falta de escolarização, pelo baixo poder aquisitivo e pelo próprio sistema escravista até 1888.

Portanto, os jornalistas passam a ter o poder de influenciar opiniões desde a época da ditadura, até mesmo para os que não possuíam escolaridade suficiente, já que isso os obrigavam a acreditar no que se era repassado a eles. Mesmo não sendo uma atividade barata para a época, ganhou espaço e se tornou referência para os políticos e leitores da época.

3.3 Influência, poder e credibilidade

A ideia de poder no ramo jornalístico tem relação com o Estado, autoridade política e força econômica. Travancas (1992; p. 90) argumenta que “o jornalista, na opinião do grupo, tem um papel social importante como cidadão e profissional”.

Ainda de acordo com a autora, antigamente, as relações dos jornalistas com o meio político eram muito menos éticas. Ou seja, os políticos sabiam da influência exercida pelos jornalistas e se aproveitavam disso para se promoverem.

Os políticos estavam dispostos a tudo para aparecer de forma positiva nos jornais e os jornalistas eram facilmente corruptíveis. Acredita-se que isso não acontece hoje em dia, ao menos na mesma escala. Mas lamentam que ainda existam exemplos que comprometam a profissão. (TRAVANCAS 1992, p.97)

Acreditava-se que os jornalistas, por meio dos meios de comunicação os tornavam essenciais para a democracia. Porém, na atualidade, eles podem causar divergências para o próprio sistema. Moraes *et al*, (2013) realça essa afirmação:

Por um lado, se opõem a serviço dos interesses dos grupos que os controlam e, por outro, as transformações estruturais do jornalismo – tais como a chegada da internet e a aceleração geral da informação – fazem com que os meios de comunicação sejam cada vez menos fiáveis ou menos úteis à cidadania. (MORAES *et al*, 2013, p. 53)

Os meios de comunicação atualmente precisam se adaptar a nova realidade imposta pela disseminação da *internet*, visto a sua agilidade na multiplicação das informações. Isso, torna a dinâmica do trabalho de jornais impressos, rádios e televisão obsoletos, já que a notícia pode chegar muito mais rápido através da *web*. De acordo com Moraes *et al*, (2013 p. 53) “além da perda da credibilidade da imprensa, outro grande problema é a organização de um modelo econômico eficiente. Nenhum dos modelos vigentes traz garantia de rentabilidade”. Os meios de comunicação convencionais se tornaram menos lucrativos e rentáveis com o surgimento e popularização da *internet*.

Quanto a credibilidade das informações, é importante salienta que esta é uma das principais qualidades que a informação ou notícia deve ter. A credibilidade é o critério de escolha usado pelos leitores para decidir, por exemplo, qual jornal ler ou

qual rádio irá escutar; devido à segurança de que pode confiar naquelas informações (MORAES et al., 2013).

Ainda de acordo com o autor, a confiança anteriormente citada, pode ser tratada como uma espécie de contrato que é estabelecido entre o espectador e os meios de comunicação. E, atualmente, esse contrato tem se tornado cada vez mais difícil de ser celebrado, isto por que a *internet* facilita o acesso às informações e notícias. Com isso, as pessoas podem consultar mais de um *site* e assim receber informações de diversas fontes diferentes.

3.4 Gatekeeper, critérios de noticiabilidade e Valores Notícia

Para entender como as matérias chegam até os leitores, precisa-se saber que um grupo ou um indivíduo tem o poder de decidir se um fato virar ou não notícia. Essas pessoas são nomeadas *gatekeepers*. Wolf (2012, p. 185) diz que os *gatekeepers* funcionam como “cancelas”, e tomam a decisão se a informação será aproveitada ou rejeitada. Maximizando o problema da escolha do *gatekeepers* para controlar o processo que leve informação para o público, é de fundamental importância o modo como é realizada essa filtragem:

Na transmissão da mensagem por meio dos canais, pode-se envolver muito mais do que a simples rejeição ou aceitação. O gatekeeping nos meios de comunicação de massa inclui todas as formas de controle da informação, que pode ser determinada nas decisões sobre a codificação das mensagens, a seleção, a formação da mensagem, a difusão, a programação, a exclusão de toda a mensagem ou dos seus componentes (DONOHUE;TICHENOR;OLIEN, 1972, p. 43)

Wolf (1994) afirma que essa intencionalidade dos meios de comunicação funcionarem como cancelas não esteja limitada, e por vezes, constrangida e influenciada por interesses de cada veículo de comunicação, de seus patrocinadores ou até mesmo do público alvo, o jornalista é sempre, em alguma medida, *gatekeeper*. Assim a informação divulgada não pode ser interpretada como um dado desinteressado.

Pena (2012) afirma que os receptores intermediários são considerados *gatekeepers* se justificando que eles têm o controle da informação e são responsáveis por selecionar, dentre os inúmeros fatos ocorridos, os que de fato irão

se transformar em notícia. Quanto maior for o caminho da comunicação, maior o número de *gatekeepers* e, em consequência maior mudança à informação original pode ter. Assim, os *gatekeepers* concentram em si grande poder sobre o conhecimento público e a comunicação.

De acordo com o autor existem receptores intermediários entre os meios de comunicação e o público geral. São pessoas com maior grau de influência, que possuem a imagem de exemplos baseadas em decisões tomadas pela sociedade. Outra característica dos receptores intermediários é serem usuários dos meios de comunicação, fazendo o papel de ponte, que liga os veículos à sociedade de massa. Distinta função seria de se adaptar as notícias aos interesses locais, tornando uteis as informações para a população.

3.5 Critérios de noticiabilidade

Até o presente momento foram apresentadas diversas maneiras em que a notícia chega até a população e toda sua trajetória desde a antiguidade. Nesse tópico serão abordados os critérios e valores que tornam um simples acontecimento ou evento em uma notícia, fazendo com que ele possa ser selecionado para ser divulgado em diversos veículos de comunicação.

Segundo Pena (2008, p. 128) os critérios de noticiabilidade estão inseridos no modelo teórico do *newsmaking*, que apresenta o jornalismo como a representação parcial da realidade, não sendo um reflexo total nem uma ficção.

Na lógica do *newsmaking*, a elaboração da pauta, a seleção das fontes e o trabalho de apuração, redação e circulação da notícia constituem elementos determinantes da operação de produção informativa. Trata-se de um processo que envolve também escolhas pessoais e direcionamentos político-editoriais e ideológicos (JÚNIOR; ANTONIOLI, 2016, p. 44)

Segundo Wolf (2012, p. 202) noticiabilidade é o conjunto de elementos por meio dos quais o aparato informativo controla e administra a quantidade e o tipo de acontecimento que servirão de base para a seleção das notícias. Desta forma, pode-se definir os valores/notícia como componente da noticiabilidade. Eles têm o objetivo de responder a quais fatos são realmente importantes para virar notícias.

Wolf (2012) afirma que é preciso determinar que embora o discurso sobre acontecimentos se mostrem importantes como um elenco e uma lista de valores/notícia individualizados, na verdade trabalham como complementos. Na seleção dos fatos que vão ser tornar notícias, os critérios de relevância trabalham em conjunto: “são as diversas relações e as combinações que se determinam entre diferentes valores/notícia, para recomendar a seleção de um fato” (WOLF, 2012 p. 202)

Para o autor um segundo aspecto geral é que os valores/notícia funcionam como critérios de importância difundidos ao longo do processo de produção. Estando presentes na seleção das notícias e também aprofundam nos procedimentos seguintes, contudo como uma relevância diferente.

Wolf (2012) afirma que os valores/notícias podem ser usados de duas maneiras. Funcionam como critérios para selecionar, do material disponível para os jornalistas, os elementos que mereçam ser incluídos no produto final. Valores/notícia também funcionam como linhas-guia para a demonstração do material, identificando o que deve ser mais valorizado, o que deve ser omitido, onde dar prioridade na formação das notícias a serem levadas para o público.

Uma das vertentes de estudo do *newsmaking* é saber que tipo de notícias a sociedade irá receber e de que modo ela irá recebê-las. Inicialmente é importante determinar quais fatores são considerados importantes e são agrupados de acordo com os diferentes tipos de valores/notícia. De acordo com Wolf (2012) os valores/notícia são critérios de relevância difundidos ao longo de todo o processo de produção; desta forma, estão presentes na seleção das notícias e, também, permeiam os procedimentos posteriores.

Ainda em acordo com o autor, existem quatro ângulos distintos de critérios de noticiabilidade. São eles: critérios substantivos, critérios relativos ao produto, critérios relativos ao público e critérios relativos à concorrência. A seguir, a definição de cada um deles, que servirá de base para a análise do conteúdo proposto para a pesquisa.

Critérios substantivos: Determina-se em quatro variáveis. Em primeiro nível trata-se dos indivíduos ou entidades envolvidas nos fatos. Ou seja, o quanto aquilo é importante ou o quanto a pessoa é importante e como isso pode influenciar nas chances de o assunto aparecer no jornal. Tal regra aplica-se também para notícias internacionais. De modo geral, as notícias que chegam ao leitor geralmente envolvem grandes potências.

A segunda variável está relacionada ao impacto sobre o interesse nacional, ou seja, a capacidade que o fato tem de influenciar ou afetar a vida das pessoas; associando ao fator de aproximação dos leitores em seu meio social.

A terceira variável é a quantidade de pessoas que envolve o acontecimento. Quanto maior o número de pessoas atingidas, maior as chances de o assunto ser noticiado.

A quarta variável vinculada a este critério é a significatividade que o acontecimento tem em relação a determinada situação ou fato. Neste quesito, engloba a capacidade de entretenimento que o efeito conseguirá no público.

Critérios relativos ao produto: Esse está relacionado à disponibilidade do produto informativo. Isto é, a facilidade que o jornalista tem de acesso ao produto, a realização da cobertura jornalística e, posteriormente, sua divulgação.

Relativo à disponibilidade, torna-se importante saber:

em que medida o evento é acessível para os jornalistas, em que medida é tecnicamente tratável nas formas jornalísticas habituais; e se ele já está estruturado de modo que seja facilmente coberto; se requer muito dispêndio de meios para cobri-lo (GOLDING; ELLIOTT, 1979, p. 144).

Acerca dos critérios relacionados ao produto, estes podem ser explicados em termos de “consonância com os procedimentos de produção, de congruência com as possibilidades técnicas e organizacionais, com as restrições de realização e com os limites próprios do meio” (WOLF, 2012, p 214).

Ainda de acordo com o autor, as notícias ora precisam ser longas o suficiente para a boa compreensão do leitor, ora curtas o suficiente para chamar atenção dele. Em conformidade com Wolf, Golding e Elliott (1979) é preciso limitar as notícias aos seus elementos mais óbvios, essenciais quando se quer deixar espaço para uma seleção mínima de eventos ocorridos ao longo do dia.

Existem diversas escritas sobre a ideologia da notícia. Ou seja, sobre as hipóteses pelas quais tornam-se noticiáveis. Cabe ressaltar os eventos que envolvem ou representam uma infração, um desvio, uma ruptura no curso normal das coisas. Torna-se notícia tudo aquilo que é diferente da rotina ou aparentemente normal. Segundo Galtung; Ruge (1965, p. 119) “quanto mais um acontecimento for negativo às suas consequências, maior será sua probabilidade de se tornar notícia”.

Há uma infinidade de elementos complementares entre si que fortalecem a ideia de notícia: sua origem, tipo de evolução que tiveram as empresas jornalísticas na sociedade e o gênero de crenças relativas ao público. De acordo com Wolf (2012), a ideologia da notícia está estreitamente relacionada à natureza globalmente fragmentária da cobertura informativa.

Um outro fator que contribui para o produto é a novidade, ou seja, as notícias precisam revelar coisas inovadoras. De acordo com Golding; Elliott (1979) “as notícias devem referir-se a eventos amparados o máximo possível pelo momento da transmissão do noticiário”.

Crítérios relativos ao público: Tais critérios estão relacionados a imagem do público, compartilhada pelos jornalistas. É um aspecto difícil de definir, principalmente pelo fato de os jornalistas não conhecerem seu público. De acordo com Wolf (2012, p. 215),

por um lado os jornalistas conhecem pouco seu público: embora os aparatos promovam pesquisas sobre as características da audiência, sobre seus hábitos de audição e sobre suas preferências, os jornalistas raramente os conhecem e têm pouca vontade de conhecê-los.

Dessa forma, torna-se relevante aos jornalistas, apresentar programas que atraiam o público; ou seja, quanto menos conhecem seu público, mais difícil se torna agradá-lo.

No que se refere à especificação do critério em questão, os autores Golding; Elliott (1979) definem a estrutura narrativa como capacidade atrativa do material filmado que acompanha a notícia, do entretenimento e da importância da notícia.

Critérios relativos à concorrência: De início é importante ressaltar que é preciso observar as informações rivais. Ou seja, ainda procuram erros dos outros para reportagens com fim de prejudicar os concorrentes, mas, visando os meios de comunicação de massa, os concorrentes virtuais tornam mais difícil que uma notícia chegue em primeiro lugar com um jornalista do que com outro. Em contrapartida, a mídia compete para obter notícias exclusivas, para inventar seções e para obter descobrir pequenos furos de reportagem sobre detalhes (Wolf, 2012).

Desta forma, com toda a competição para se obter notícias antes dos concorrentes ou furos de reportagem dos mesmos, surgem os estímulos a fragmentação, a centralizar a cobertura informativa em personalidades de elite e a todos os outros fatores que são, de certa forma, responsáveis pela distorção de informações que possam prejudicar uma visão articulada e complexa da realidade da sociedade. A competição faz com que surjam parâmetros profissionais dos modelos de referências.

A fim de facilitar a compreensão das classificações dos critérios de Wolf (20012), criou-se um quadro para visualização dos critérios de noticiabilidade (quadro 1):

Quadro1: Critérios de noticiabilidade

Critérios Substantivos	Relativos ao Produto	Relativos ao Público	Relativos à Concorrência
Grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos nos acontecimentos.	Disponibilidade do produto informativo.	Imagem que o jornalista tem do público.	Competição entre os meios de comunicação.
Impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional.	Brevidade.		O furo de reportagem.
Quantidade de pessoas que o acontecimento envolve.	Bad News is good News.		
Relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura de uma determinada situação.	Novidade do acontecimento.		
	Qualidade da notícia.		
	Balanceamento.		

Fonte: elaborada pelo autor.

4 ANÁLISE

Neste capítulo será apresentado brevemente o Jornal Diário do Vale, sua história e estrutura. Para o estudo de caso, serão apresentadas as notícias selecionadas para análise. O corpus do trabalho será composto por uma semana de veiculação do periódico, referente aos dias as datas entre dia 05 e 10 de Abril de 2018. Tais datas foram escolhidas por se tratarem de um período de acontecimentos marcantes na história da política brasileira, como o pedido de *habeas corpus* negado ao ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e sua posterior prisão no dia 7 de abril. As notícias veiculadas na editoria de política e nacional nessas datas terão seus critérios de noticiabilidade tabulados de acordo com os critérios de Wolf (2012). Cabe destacar que ambas editorias aqui apresentadas são responsáveis por temáticas referentes a política – a primeira de âmbito geralmente regional e a segunda à acontecimentos que dizem respeito ao Congresso Nacional e Justiça.

4.1 Diário do Vale

O Jornal Diário do Vale é um jornal impresso da cidade de Volta Redonda e realiza a cobertura de toda região Sul Fluminense. Foi fundado em 1992 pelos jornalistas Aurélio Paiva e Fátima Brandt. A primeira capa do periódico, ainda em preto e branco, data de 5 de outubro de 1992 e anunciava o resultado das eleições municipais daquele ano, com a vitória de Paulo César Baltazar da Nóbrega na corrida à prefeitura de Volta Redonda. O jornal tem o estilo tabloide e é dividido nas editorias de Opinião, Política, Polícia, Cidades, Economia, Esportes, Caderno Lazer e Ciência. A periodicidade do jornal é diário com uma tiragem de 18.400 exemplares e aos domingos 20.300.

4.2 Apresentação das matérias

Para melhor compreensão acerca da análise dos critérios de noticiabilidade utilizados pelo jornal, apresentar-se-á, por dia as respectivas matérias veiculadas em cada editoria. De modo geral, ambas as editorias apresentam de três a quatro matérias em sua edição impressa. Cada uma delas é composta de uma página

inteira do jornal e todas são veiculadas diariamente – diferente de eventuais cadernos especiais.

O primeiro dia a ser analisado, dia 5 de abril de 2018 as editorias Especial e de Política.

Figura 3: Editorias Especial e Política dia 05 de abril de 2018



Fonte: Edição 8677 do Jornal Diário do Vale, dia 05/04/2018, disponível em < https://issuu.com/diariodovale/docs/8677_-_diario_-_quinta-feira_-_05.0 > acesso em 20 junho. 2018.

A primeira matéria (Anexo 1) do editorial Especial intitulada “STF rejeita habeas corpus preventivo de Lula por 6 a 5” aborda a rejeição do habeas corpus do

ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva indeferida pelos ministros do Supremo Tribunal Federal. Diante disso, é possível perceber que ela se encaixa no critério substantivo, pois o mesmo, conforme Wolf (2012) apresenta grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável.

Já a matéria que abre a editoria de política no mesmo dia é intitulada (Anexo 2) “*Samuca diz que conselho de saúde participará de contratação das OSs*”. A matéria noticiava que o prefeito de Volta Redonda, Samuca Silva afirmava que o Conselho de Saúde participaria da contratação de OSs para administrar os hospitais São João Batista e o Hospital do Retiro. Deste modo, é possível notar que a matéria se enquadra no critério substantivo segundo Wolf (2012), pois impacta a população relacionada ao fato noticiado aos desenvolvimentos futuros de uma determinada situação, tendo em vista que o jornal é veiculado na cidade em questão.

A segunda matéria da editoria de política intitulada (Anexo 3) “*Prefeitura de Angra dos Reis promove consulta pública sobre revisão do PPA*”, traz a informação que a prefeitura de Angra disponibilizou uma tenda no centro da cidade onde os moradores podiam opinar sobre o seu bairro e dar sugestões para as áreas de atuação da administração pública. Diante disso é possível perceber que ela se encaixa no critério substantivo segundo Wolf (2012), pois impacta a população e também é um interesse coletivo, pois é um serviço disponibilizado naquela localidade.

A terceira matéria da editoria de política intitulada “*Samuca Silva se reúne com grupo Trigo*” (Anexo 4). A matéria noticiava o encontro do prefeito de Volta Redonda, Samuca Silva, com empresários do grupo Trigo. Segundo a matéria o encontro foi para estreitar relação com os empresários. Diante disso, é possível perceber que ela se encaixa no critério substantivo, pois o mesmo, conforme Wolf (2012) apresenta grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável.

Figura 4: Editoria Nacional do dia 05 de abril de 2018

Nacional

Aeronáutica diz que convicções não devem ficar acima das instituições

Tenente-brigadeiro do ar afirma que integrantes das Forças Armadas devem acreditar nos poderes instituídos

Brasília — Três dias após o comando em chefe da Aeronáutica, general Márcio de Sá Moraes, ter recebido o cargo de chefe da Aeronáutica, o ministro da Defesa, general Hélio Tinoco, afirmou que o Brasil deve acreditar nos poderes instituídos, não se deixando levar por convicções pessoais. Tinoco afirmou que o Brasil deve acreditar nos poderes instituídos, não se deixando levar por convicções pessoais. Tinoco afirmou que o Brasil deve acreditar nos poderes instituídos, não se deixando levar por convicções pessoais.

Em declaração dada ao ministro da Defesa, Tinoco afirmou que o Brasil deve acreditar nos poderes instituídos, não se deixando levar por convicções pessoais. Tinoco afirmou que o Brasil deve acreditar nos poderes instituídos, não se deixando levar por convicções pessoais.



O Brasil Márcio de Sá Moraes que foi de ministro em que após Márcio de Sá Moraes

Temer diz que cumprimento rigoroso da Constituição dá estabilidade

Brasília — O presidente Michel Temer disse ontem que o Brasil só se pode "construir paz, desenvolvimento e crescimento econômico" se houver um cumprimento rigoroso da Constituição. Temer afirmou que o Brasil só se pode "construir paz, desenvolvimento e crescimento econômico" se houver um cumprimento rigoroso da Constituição.

Em declaração dada ao ministro da Defesa, Temer afirmou que o Brasil só se pode "construir paz, desenvolvimento e crescimento econômico" se houver um cumprimento rigoroso da Constituição.

Tenente-Brigadeiro Rosato emite esclarecimento

O Comandante de Armas do 1º Batalhão de Aviação de Caça, Tenente-Brigadeiro Rosato, emitiu um esclarecimento sobre o cargo de chefe da Aeronáutica. Rosato afirmou que o Brasil deve acreditar nos poderes instituídos, não se deixando levar por convicções pessoais.

Jungmann diz que general defende institucionalidade e serenidade

Brasília — O ministro da Defesa, general Hélio Tinoco, afirmou que o Brasil deve acreditar nos poderes instituídos, não se deixando levar por convicções pessoais. Tinoco afirmou que o Brasil deve acreditar nos poderes instituídos, não se deixando levar por convicções pessoais.

Em declaração dada ao ministro da Defesa, Tinoco afirmou que o Brasil deve acreditar nos poderes instituídos, não se deixando levar por convicções pessoais.

Diz a mensagem do general Villas Boas compartilhada no Twitter:

"Respeito à República que o Brasil precisa ter para garantir a estabilidade institucional e o desenvolvimento econômico. O Brasil precisa ter um presidente que respeite a Constituição e o Brasil precisa ter um presidente que respeite a Constituição."

Em declaração dada ao ministro da Defesa, Tinoco afirmou que o Brasil deve acreditar nos poderes instituídos, não se deixando levar por convicções pessoais.

GRUPO CORREIA SEGURANÇA

Atuação em todo o Brasil em áreas de alta complexidade e risco. Especialidade em segurança patrimonial, segurança de eventos, segurança de instalações, segurança de pessoas, segurança de informações, segurança de sistemas, segurança de redes, segurança de dados, segurança de aplicações, segurança de serviços, segurança de processos, segurança de operações, segurança de atividades, segurança de projetos, segurança de obras, segurança de obras de infraestrutura, segurança de obras de infraestrutura de transporte, segurança de obras de infraestrutura de transporte, segurança de obras de infraestrutura de transporte, segurança de obras de infraestrutura de transporte.

Fonte: Edição 8677 do Jornal Diário do Vale, dia 05/04/2018, disponível em < https://issuu.com/diariodovale/docs/8677_-_diario_-_quinta-feira_-_05.0 > acesso em 20 junho. 2018

Ainda na mesma data, a primeira matéria da editoria Nacional (Anexo 5) intitulada "Aeronáutica diz que convicções não devem ficar acima das instituições" aborda a fala do Tenente-brigadeiro onde afirmava que os integrantes das Forças Armadas deveriam acreditar nos poderes instituídos. Diante disso, é possível perceber que ela se encaixa no critério substantivo, pois o mesmo, conforme Wolf (2012) apresenta grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável.

A segunda matéria da editoria Nacional intitulada “*Temer diz que cumprimento rigoroso da Constituição dá estabilidade*” (Anexo 6) aborda a fala do presidente Michel Temer sobre a defesa do cumprimento das determinações constitucionais. É possível notar que ela se encaixa no critério substantivo segundo Wolf (2012), apresentando grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento.

A terceira matéria da editoria Nacional intitulada (Anexo 7) “*Jungmann diz que general defende institucionalidade e serenidade*”, traz a fala do ministro da segurança pública, Raul Jungmann, comentando as declarações de “repúdio a impunidade” do comandante do Exército, general Eduardo Villas Boas. A matéria se encaixa no critério substantivo ao autor Wolf (2012), baseado no grau hierárquico dos indivíduos envolvidos na notícia.

A quarta matéria da editoria Nacional é intitulada (Anexo 8) “*Diz a mensagem do general Villas Boas compartilhada no Twitter*”. A matéria trazia a mensagem postada pelo general Villas Boas onde ele assegurava à nação que o Exército brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio a impunidade. É possível notar que ela se encaixa no critério substantivo segundo Wolf (2012), apresentando grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento.

Nota-se, portanto, que o primeiro dia de análise contou com oito matérias nas editorias Especial, Política e Nacional. Todas elas apresentam critério substantivo e estão relacionadas a vertente do nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento, sendo eles: ex-presidente da república, prefeitos da região e autoridades das Forças Armadas Brasileiras.

A seguir, a ilustração da editoria de política referente a edição do dia 6 de abril de 2018.

Figura 5: Editoria de Política, edição do dia 6 de abril de 2018

Cenário para a disputa eleitoral em Volta Redonda começa a se definir

Lideranças tradicionais e nomes novos vão disputar votos de 222.735 eleitores do município, que tem tradição de eleger candidatos locais

Volta Redonda
No momento em que se encerram as primeiras eleições municipais em Volta Redonda, o cenário para a disputa eleitoral começa a se definir. O prefeito Paulo Roberto de Faria Pinheiro, que está em seu segundo mandato, não se apresenta à disputa de 2020. O deputado federal Luiz de Oliveira, que está em seu primeiro mandato, também não se apresenta. O deputado estadual Paulo Roberto de Faria Pinheiro, que está em seu primeiro mandato, também não se apresenta. O deputado estadual Paulo Roberto de Faria Pinheiro, que está em seu primeiro mandato, também não se apresenta.

do PVR, partido pelo qual foi senador entre 2012 e 2018, além de ter ocupado o cargo de governador do Estado, não se apresenta. O deputado estadual Paulo Roberto de Faria Pinheiro, que está em seu primeiro mandato, também não se apresenta. O deputado estadual Paulo Roberto de Faria Pinheiro, que está em seu primeiro mandato, também não se apresenta.

para o Instituto e Adolfo Azeiteiro (PPS) do governo municipal, mas também não se apresenta. O deputado estadual Paulo Roberto de Faria Pinheiro, que está em seu primeiro mandato, também não se apresenta. O deputado estadual Paulo Roberto de Faria Pinheiro, que está em seu primeiro mandato, também não se apresenta.



Volta Redonda tem tradição de eleger candidatos locais

Prefeito inaugura sala para pequenas cirurgias no Hospital Municipal de Pinheiral

Volta Redonda
A população de Pinheiral tem acesso a uma nova sala para pequenas cirurgias no Hospital Municipal de Pinheiral. O prefeito Paulo Roberto de Faria Pinheiro inaugurou a sala, que está equipada com todos os recursos necessários para a realização de procedimentos cirúrgicos de menor porte.

para os procedimentos cirúrgicos de menor porte. O prefeito Paulo Roberto de Faria Pinheiro inaugurou a sala, que está equipada com todos os recursos necessários para a realização de procedimentos cirúrgicos de menor porte.

para os procedimentos cirúrgicos de menor porte. O prefeito Paulo Roberto de Faria Pinheiro inaugurou a sala, que está equipada com todos os recursos necessários para a realização de procedimentos cirúrgicos de menor porte.



Volta Redonda tem tradição de eleger candidatos locais

Prefeitura agiliza concessão de alvarás

Volta Redonda
A Prefeitura de Volta Redonda está agilizando a concessão de alvarás para as empresas. O processo foi simplificado e o prazo de entrega dos documentos foi reduzido, facilitando a abertura de novos negócios na cidade.

para os procedimentos cirúrgicos de menor porte. O prefeito Paulo Roberto de Faria Pinheiro inaugurou a sala, que está equipada com todos os recursos necessários para a realização de procedimentos cirúrgicos de menor porte.

para os procedimentos cirúrgicos de menor porte. O prefeito Paulo Roberto de Faria Pinheiro inaugurou a sala, que está equipada com todos os recursos necessários para a realização de procedimentos cirúrgicos de menor porte.



Volta Redonda tem tradição de eleger candidatos locais

Fonte: Edição 8678 do Jornal Diário do Vale, dia 06/04/2018, disponível em < https://issuu.com/diariodovale/docs/8678_-_diario_-_sexta-feira_-_06.04 > acesso em 20 junho. 2018

A primeira matéria da editoria de política intitulada “Cenário para a disputa eleitoral em Volta Redonda começa a se definir” (Anexo 9) noticiava que estava encerrado o prazo para os futuros candidatos se filiassem aos partidos que pretendessem disputar a eleição e diversas lideranças voltaredondenses se colocaram como opções. Deste modo, é possível notar que a matéria se enquadra no critério substantivo segundo Wolf (2012), pois impacta a população relacionada

ao fato noticiado aos desenvolvimentos futuros de uma determinada situação – considerando que as futuras eleições impactam diretamente a sociedade.

A segunda matéria da editoria de política intitulada “*Prefeito inaugura sala para pequenas cirurgias no Hospital Municipal de Pinheiral*” (Anexo 10) trazia a informação que o prefeito de Pinheiral, Ednardo Barbosa, entregou para a população uma sala de pequenas cirurgias no Hospital Municipal. É possível identificar que a notícia se enquadra no critério substantivo baseado em Wolf (2012) em duas vertentes: pelo grau hierárquico das pessoas envolvidas na notícia – no caso, o prefeito do município – e também relevância e significatividade do acontecimento em relação aos desenvolvimentos futuros – pois a população será beneficiada com a sala cirúrgica.

A terceira matéria da editoria de política intitulada “*Prefeitura agiliza concessões de alvarás*” (Anexo 11) abordava que a Prefeitura de Porto Real estava agilizando a concessão de alvarás para abertura de novas empresas na cidade. É notável que a matéria se enquadra no critério substantivo de Wolf (2012). Já que impacta a população e os interesses dos munícipes que poderão, em tese, ter mais facilidade para acesso a um serviço público.

indivíduos envolvidos no acontecimento – tendo em vista a relevância do ator político envolvido.

A segunda matéria da editoria Nacional intitulada “*Deputados defendem nova discussão sobre prisão em segunda instância*” (Anexo 13) abordava que o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, queria colocar em discussão na Casa a prisão após condenação em segunda instância. A matéria se encaixa no critério substantivo de Wolf (2012), em duas vertentes: pelo grau hierárquico das pessoas envolvidas e pelo impacto sobre a nação e o interesse nacional.

A terceira matéria da editoria Nacional “Marco Aurélio confirma que pode levar liminar do PEN ao plenário” (Anexo 14) trazia a fala do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio, que poderia levar ao plenário a liminar na qual o Partido Ecológico Nacional (PEN) pedia a corte a liberdade de condenados que ainda possam recorrer a cortes superiores. É possível notar que a matéria tem características de critérios substantivos de Wolf (2012) pelo grau hierárquico dos indivíduos envolvidos, pelo impacto sobre a nação e o interesse nacional.

De modo geral, observa-se novamente a recorrência do critério substantivo em todas seis matérias publicadas nesta data. Entretanto, duas vertentes são observadas mais de uma vez: o grau hierárquico dos indivíduos envolvidos e o impacto sobre a nação e o interesse nacional. A segunda vertente está relacionada a acontecimentos que poderão de alguma maneira impactar a comunidade – regional ou nacional – sendo por meio de um serviço ou de temas relacionados aos poderes Legislativo e Judiciário.

Na editoria de política do terceiro dia analisado (Figura 7) percebe-se uma mudança na vertente do critério substantivo presente nas matérias já que estas ao invés de noticiar pessoas públicas aborda mais acontecimentos de interesse coletivo. Nenhuma delas faz referência a acontecimentos regionais.

matéria de enquadra no critério substantivo de Wolf (2012) pelo grau hierárquico dos indivíduos envolvidos nos acontecimentos.

A segunda matéria da editoria de Política intitulada “*Lei que assegura direito de crianças vítimas de violência entra em vigor*” (Anexo 16) trazia que crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência já podiam contar com um sistema de garantias de direitos nos inquéritos e nos curso dos processos. A matéria se encaixa no critério substantivo de Wolf (2012) pela relevância e significância do acontecimento em relação ao desenvolvimento futuro de uma determinada situação.

A terceira matéria: “*Audidores da receita iniciam greve hoje*” (Anexo 17) noticiava a greve de auditores fiscais que pleiteavam a regulamentação do bônus de eficiência e da progressão funcional, que estava sob a análise da Casa Civil. A matéria tem características do critério substantivo de Wolf (2012) pela relevância e significância do acontecimento em relação ao desenvolvimento futuro de uma determinada situação.

A quarta matéria da editoria de política intitulada “*PMS cedidos à Alerj devem ser devolvidos à Secretaria de Segurança até quarta*” (Anexo 18) noticiava que 87 dos 150 policiais militares que estavam cedidos à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) deveriam ser devolvidos à Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro. A matéria se encaixa no critério substantivo de Wolf (2012) pela relevância e significância do acontecimento em relação ao desenvolvimento futuro de uma determinada situação.

Médio (Enem). A matéria se encaixa no critério substantivo de Wolf (2012) pela quantidade de pessoas que o acontecimento envolve.

A segunda matéria da editoria Nacional traz que *“Apagão no Norte e no Nordeste foi causada por Falha Humana”* (Anexo 20) e utiliza a declaração do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) informando que o apagão que afetou 70 milhões de pessoas foi causado por uma falha humana. De acordo com Wolf (2012) a matéria tem critério substantivo pela quantidade de pessoas que acontecimento envolveu.

A terceira matéria da editoria Nacional noticia que *“MEC cria programa para implantar a Base Nacional Comum Curricular”* (Anexo 21) com o objetivo de apoiar os estados no processo de revisão ou elaboração e implementação de seus currículos alinhados à BNCC. A matéria se encaixa no critério substantivo de Wolf (2012) pelo impacto sobre a população e interesse nacional.

A quarta matéria da editoria Nacional intitulada *“Farmanguinhos começa a produzir remédios para transplantados”*. (Anexo 22) conta que o Instituto de Tecnologia em Farmácia (Farmanguinhos) finalizou a produção dos primeiros lotes do medicamento tacrolimo, utilizado continuamente por pacientes transplantados de rins e fígado. A matéria se encaixa no critério substantivo de Wolf (2012) pela relevância e significância do acontecimento em relação aos desenvolvimentos futuros de uma determinada situação.

O dia 8 de abril de 2018 é marcado, portanto, por oito matérias alinhadas com o critério substantivo, sendo que nesta data nenhuma delas possui informações regionais. A editoria Nacional apresentou três vertentes: quantidade de pessoas envolvidas no acontecimento, impacto sobre a nação e interesse nacional e desenvolvimentos futuros.

No dia seguinte, 9 de abril de 2018, a composição da editoria Política é completamente diferente da data anterior. As três matérias que constam fazem referências a cidades do Sul Fluminense, conforme apresentado na análise a seguir.

A segunda matéria da página: “*Prefeitura de Resende promove capacitação para a Educação*” (Anexo 24) aborda que a Prefeitura Municipal de Resende promoveu um curso de formação para gestores municipais da educação como diretores das escolas e equipe pedagógica. A matéria tem característica do critério substantivo de Wolf (2012) pela relevância e significância do acontecimento em relação ao desenvolvimento futuro de uma determinada situação.

O terceiro assunto que teve destaque no jornal também foi referente a cidade de Volta Redonda. “*Equipe levanta dados socioeconômicos de famílias do Parque Independência*” (Anexo 25) conta que a Prefeitura de Volta Redonda montou uma estrutura para realizar um levantamento socioeconômico no Parque Independência - local que foi ocupado por cerca de 50 famílias e que está passando uma avaliação social e o destino a ser dado para a regularização da área. A matéria se encaixa no critério substantivo de Wolf (2012) pela relevância e significância do acontecimento em relação ao desenvolvimento futuro de uma determinada situação.

substantivo de Wolf (2012) pelo grau hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento.

“Mesmo preso, Lula ainda responde a seis ações penais e duas denúncias” (Anexo 27) é a segunda matéria do dia e aborda que mesmo condenado no caso tríplice, o ex-presidente, Luiz Inácio Lula da Silva responde por seis ações penais, além de ser denunciado em outras duas. A matéria tem característica do critério substantivo de Wolf (2012) pelo grau hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento.

A terceira matéria da editoria nacional intitulada (Anexo 28) *“Presença do petista altera rotina da região”* conta que a presença do ex-presidente na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba alterou a rotina da região por conta dos manifestantes favoráveis ao ex-presidente acamparam no local e informaram que iriam permanecer no local enquanto Lula estivesse preso. A matéria tem características no critério substantivo de Wolf (2012) pela quantidade de pessoas que o acontecimento envolve.

“Imprensa internacional destaca a prisão de Lula” (Anexo 29) é a última abordagem sobre o tema e destaca que nos principais jornais dos Estados Unidos, do Reino Unido, da França, Alemanha, Espanha, Argentina, Uruguai, da Bolívia e Venezuela a notícia teve repercussão. A matéria tem característica do critério substantivo de Wolf (2012) pelo grau hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento.

Nesta data, devido a um acontecimento atípico e histórico, a editoria de Nacional apresentou diferentes notícias sobre uma mesma temática. Torna-se repetitivo o critério substantivo com vertente basicamente voltada ao grau hierárquico por causa da figura principal ser um ex-presidente da república.

O quinto e último dia analisado neste trabalho é o dia 10 de abril de 2018.

federal e ex-vereador Zoinho (Jorge de Oliveira) é pré-candidato a deputado federal pelo Solidariedade. A matéria tem característica do critério substantivo de Wolf (2012) pelo grau hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento – considerando que é uma figura política da região.

A segunda matéria da editoria de política: “*Prefeitura de Pinheiral promove assembleia de regularização fundiária no bairro Colina*” (Anexo 31) traz a informação de que a Prefeitura Municipal de Pinheiral realizará assembleia para regulamentar a situação documental das casas do bairro Colina. A matéria tem característica do critério substantivo de Wolf (2012) pela relevância e significância do acontecimento em relação ao desenvolvimento futuro de uma determinada situação.

A terceira matéria da editoria de política é: “*Alerj vai cobrar cumprimento de anistia a bombeiros e PMs*” (Anexo 32) aborda que Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) enviará um ofício para à Procuradoria Geral do Estado cobrando a anistia de bombeiros e policiais militares que participaram de movimentos reivindicatórios. A matéria tem característica do critério substantivo de Wolf (2012) pela relevância e significância do acontecimento em relação ao desenvolvimento futuro de uma determinada situação.

Neste dia, portanto, as três matérias veiculadas na edição impressão do jornal, em sua editoria de política, são de critério substantivo, sendo que duas dizem respeito diretamente a acontecimentos da região Sul Fluminense e uma delas é oriunda da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

informação que o ministro do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Mello, podia analisar o direito das pessoas julgadas em segunda instância recorrerem em liberdade a tribunais superiores. Essa matéria se encaixa no critério substantivo de Wolf (2012) pelo impacto sobre a nação e o interesse nacional.

A segunda matéria da editoria nacional intitulada “*FAB confirma veracidade de áudios vazados atacando Lula durante voo*” (Anexo 34) trata de confirmar a veracidade de áudios que circulavam nas redes sociais envolvendo comunicação aeronáuticas com referências ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A matéria tem características de critério substantivo de Wolf (2012) pelo grau hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento.

“*PT avalia mudança para Curitiba enquanto Lula estiver preso*” (Anexo 35) conta que o Partido dos Trabalhadores estudava mudar a sede do partido para Curitiba enquanto o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva estiver preso na cidade. A matéria tem características de critério substantivo de Wolf (2012) pelo grau hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento.

A notícia “*Temer diz que Brasil enfrenta momento difícil na política*” (Anexo 36) traz a fala do presidente Michel Temer de que o Brasil superou uma fase difícil na economia, mas enfrenta um momento difícil “sob o foco político”. A matéria tem características de critério substantivo de Wolf (2012) pelo grau hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento.

Neste último dia, portanto, todas notícias da editoria Nacional além de serem do mesmo critério substantivo fazem parte da vertente referente ao grau hierárquico.

Todas as 34 notícias veiculadas nos cinco dias de análise propostos neste trabalho foram, portanto, enquadradas no critério substantivo apresentado de acordo com as concepções de Wolf (2012). Entretanto, é possível observar que as vertentes são distintas. Para melhor visualização e auxílio às considerações finais, uma tabela e um gráfico foram elaborados:

Quadro 2: Vertentes do critério substantivo utilizado pelo jornal Diário do Vale

Vertentes	Quantitativo
Grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos nos acontecimentos.	19
Impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional.	4
Quantidade de pessoas que o acontecimento envolve.	3
Relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura de uma determinada situação.	12
Grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos nos acontecimentos + Impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional	2
Grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos nos acontecimentos + Relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura de uma determinada situação	1

Fonte: elaborado pelo autor.

A quantidade de matérias por editoria é regular – em média três na de política e quatro na nacional.

O critério substantivo foi encontrado massivamente nas reportagens analisadas, pois os outros critérios como Relativos ao Produto, Relativos ao Público e Relativos à concorrência são encontrados em outras editorias e em outros veículos de comunicação como a televisão.

Nenhuma matéria é assinada. O que corrobora para percepção de que em suma maioria são *releases* enviados pelas assessorias de comunicação.

É possível perceber que as vertentes mais usadas foram “Grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos nos acontecimentos” e “relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura de uma determinada situação”.

A vertente do grau hierárquico, nas matérias analisadas, está relacionada, geralmente, a personificação dos políticos. Ou seja: prefeitos, deputados, vereadores, ministros, presidentes...

Quando existe convergência de vertentes, geralmente ocorrem porque e estão relacionadas a figuras públicas que fizeram ou pretendem fazer algo que impactará a nação ou terá relevância e significatividade do acontecimento à evolução futura de uma determinada situação.

A vertente da relevância e significatividade está relacionada, de modo geral, a acontecimentos que mudarão de alguma maneira a realidade daquela sociedade a curto ou longo prazo.

No jornal Diário do Vale percebe-se que duas editorias convergem com a definição apresentada por Carvesan (2009) de editoria política. No veículo em questão, a editoria Nacional apresenta notícias de todas esferas do poder em âmbito federal, e a rotulada como 'política' traz na maioria das vezes temas relacionados a política regional. Cabe destacar, entretanto, que dentro do período da análise, um dia não contou com nenhuma notícia referente às cidades da região. Ou seja, não é possível afirmar que isto é uma regra.

Eventualmente, em um caso extraordinário, o jornal utiliza do recurso de criar uma editoria especial para dar conta deste conteúdo, como foi observado com o caso do habeas corpus preventivo de Lula (Figura 3).

No período estipulado observamos que apenas cinco cidades das quatorze que recebem o jornal apareceram na editoria de política, sendo elas: Volta Redonda, Angra dos Reis, Pinheiral, Porto Real e Resende.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto nesta pesquisa, é possível perceber a intrínseca relação entre política e imprensa desde as primeiras publicações impressas. O jornal sempre foi um meio que legitimou de algum modo a influência dos políticos na sociedade.

Atualmente, os critérios de noticiabilidade são utilizados como conjunto de elementos por meio dos quais o aparato informativo controla e administra a quantidade e o tipo de acontecimento que servirão de base para a seleção das notícias que vão ser noticiadas em todos os veículos de comunicação. Segundo Wolf (2012) existem quatro ângulos distintos de critérios de noticiabilidade. São eles: critérios substantivos, critérios relativos ao produto, critérios relativos ao público e critérios relativos à concorrência.

A presente pesquisa abordou critérios de noticiabilidade adotados pelo jornal impresso de maior tiragem na região Sul Fluminense: o Diário do Vale. A partir da problemática de qual o critério de noticiabilidade adotado pelo jornal, foi possível compreender que a relação existente entre os critérios de noticiabilidade e a editoria de política do jornal Diário do Vale são essencialmente substantivos.

Para a análise desta pesquisa foi selecionado o período dos dias 05 a 10 de abril de 2018, a fim de identificar quais critérios de noticiabilidade foram adotados pelo jornal, considerando o período marcante na história política do país – como o pedido de como o pedido de *habeas corpus* negado ao ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e sua posterior prisão no dia 7 de abril - duas vertentes do critério substantivos: “grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos nos acontecimentos” e “relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura de uma determinada situação” aparecem com maior frequência que as outras.

Foi observado que dentre as matérias analisadas a grande maioria é a vertente dos critérios substantivos sobre grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos nos acontecimentos seguida pela vertente de relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura de uma determinada situação.

Compreendendo este contexto, o autor acredita que a imprensa colabora para a personalização da política na figura do político, uma vez que suas publicações são voltadas a pessoa que executa a ação e não ao acontecimento em si.

A hipótese inicial presente nesta pesquisa de que o jornal Diário do Vale não apresenta um critério de noticiabilidade consistente em sua editoria de política foi refutada. Esta pesquisa constatou inclusive o contrário: o jornal utiliza basicamente o critério substantivo, com ênfase nos atores envolvidos ou na maneira de que o assunto foi vinculado atingirá de algum modo o público.

6 REFERÊNCIAS

- CAVERSAN, Luiz. **Introdução ao jornalismo diário: como fazer jornal todos os dias**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- CHRISTOFOLETTI, R. **Ética no jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008.
- CORREIA, Fernando. **Os jornalistas e as notícias**. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.
- DONOHUE, L. A.; TICHENOR, P.; OLIEN, C. “**Gatekeeping. Mass Media Systems and Information Control**”, In Kline, g.-Tichenor, P. (eds.), *Current Perspectives in Mass Communication Research*, Sage, Beberly Hills. 1972
- GALTUNG, J.; RUGE, M. “**The Structure of Foreign News**”, *Journal of Peace Reseach*, vol. 1, 1965.
- GIOVANNINI, Giovanni. **Evolução na comunicação do silex ao silício**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987
- GOLDING, P.; ELLIOTT, P. **Making the News**. Longman: London. 1979.
- JUNIOR, Enio Moraes; ANTONIOLI, Maria Elisabete. **Jornalismo e newsmaking no século XXI: novas formas de produção jornalística no cenário online**. *Revista ALTERJOR*. São Paulo, v. 2, p. 43-52, julh/dez. 2016.
- LAGE, Nilson. **Teoria e Técnica do Texto Jornalístico**. Editora Campus. 2005
- MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. São Paulo: Summus, 1988.
- MORAES, Denis D. **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação**. São Paulo: Boitempo RJ FAPERJ, 2013
- PENA, Felipe. **1000 perguntas sobre teoria da comunicação**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- RÜDIGER Francisco Ricardo. **Tendências do Jornalismo**. Porto Alegre 3ed da UFRGS, 2013.
- SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de teoria e de pesquisa da comunicação e dos media**. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2004.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O mundo dos jornalistas**. São paulo: Summus, 1992.

VIZEU Jr., Alfredo. **Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 6. Ed. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

7 ANEXOS

Anexo 1

STF rejeita habeas corpus preventivo de Lula por 6 a 5

Sessão começou na quarta-feira e decisão só saiu na madrugada desta quinta, com voto decisivo da presidente do Supremo



Supremo instruiu Lula para não agir e pode acabar preso quando recursos esgotarem

Resumo

Por maioria esmagadora, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, nesta quarta-feira (30), rejeitar um habeas corpus pelo qual a defesa de ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva tentou impedir eventual prisão após o fim dos recursos na segunda instância da Justiça Federal. O pleiteo ficou em 6 a 5 contra o pedido de Lula.

O caso chegou a ser julgado no dia 23 de março, mas a sessão foi interrompida no Corte. Com isso, o ex-presidente ganhou um subconduto para não ser preso até a decisão do órgão. Lula foi condenado pelo juiz federal Sérgio Moro a nove anos e seis meses de prisão e pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), que aumentou a pena para 12 anos e um mês na ação penal da tríplex do Guarujá (SP), na Operação Lava Jato.

O ministro-relator Ilmar Falcão, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou da rejeição do habeas corpus. Ele foi seguido pelos ministros Luiz Fux, Ricardo Lewandowski, Marco Aurélio e Cezar de Mello, votaram a favor do pedido da defesa de Lula.

Notícia

As fundamentações sua decisão, Falcão cita di-

ciando ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em campo.

Naquela ocasião, ficou entendido que a jurisprudência atual permite a concessão preventiva de pena após condenação em segunda instância, de acordo com entendimento estabelecido em 2016 pelo STF, mesmo pelo qual não poderia ser concedido um habeas corpus preventivo a Lula.

Para Falcão, não houve nenhuma ilegalidade ou abuso de poder no decreto do STJ, e por isso o Supremo não poderia reformar a decisão daquela corte. "Diante da compreensão majoritária atual deste Supremo Tribunal Federal, não traz ilegalidade ou abuso de poder [o decreto do STJ], eis que consuetudinário [consuetudinário], ao tempo que foi preferido, com o entendimento jurisprudencial deste Supremo", afirmou Falcão.

O ministro-relator admitiu que o entendimento hoje prevalecente no STF, de permitir a concessão preventiva de pena após esgotados os recursos em segunda instância, pode vir a ser modificado no julgamento de duas ações declaratórias de constitucionalidade (ADCs) que tramitam no Corte sobre o assunto.

"Não houve, ao menos até o momento, revisão do plenário, com sede de controle abstrato de constitucionalidade", disse Falcão. Segundo o ministro, a decisão de concessão de habeas corpus, argumentou o

pedido e teve a sentença confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), com sede em Porto Alegre, que aumentou a pena para 12 anos e um mês na ação penal da tríplex do Guarujá (SP), na Operação Lava Jato.

Abertura de Interjeição

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes foi o primeiro a votar a favor da concessão de habeas corpus preventivo. De acordo com o ministro, quando o Corte julga a questão da prisão em segunda instância pela última vez, em 2016, a decisão foi mal interpretada pelas instâncias inferiores. "Sempre dizemos que a prisão seria uma possibilidade, não uma obrigação", afirmou. Segundo Mendes, votou a favor da concessão da pena após a condenação em segunda instância.

Mendes disse que mudou seu entendimento porque há instâncias falhas do Judiciário que podem deixar inocentes na cadeia. "Isso resulta numa brutal injustiça, num sistema que é que si só injusto. A justiça criminal é muito falha", argumentou.

O ministro também defendeu que o Corte deve deliberar sobre a questão da legalidade da prisão após a segunda instância e não somente sobre o caso particular do ex-presidente Lula.

Durante o voto de Gilmar, os ministros Marco Aurélio e Ricardo Lewandowski também endossaram o entendimento. Marco Aurélio criticou Car-

razo. "Em termos de dogmática, não poderia ter sido pior", disse Marco Aurélio. Em seguida, o ministro afirmou que o entendimento interno prevê que habeas corpus tem preferência na pauta do plenário.

"O que, portanto, veio a julgamento nesta pauta, como pauta de julgamento interno, é exatamente o habeas corpus porque se trata de um direito subjetivo no qual, ainda que se discuta uma pena, é o caso de uma pessoa, e todo ser humano, todo cidadão tem direito a esse julgamento", disse Cármen.

2ª Instância

Gilmar Mendes também defendeu que a concessão de condenações deve ocorrer após o fim dos recursos no Superior Tribunal de Justiça (STJ), 3ª instância do Judiciário. Para o ministro, o tribunal pode dar maior segurança à aplicação da lei penal em função do caso de erro do Justiça.

"Essa nova marca com o fim da prisão automática em segunda grau consolida-se apenas um ajustamento do momento inicial de execução da pena, mas consubstancia uma e mesma ordenamento jurídico a com a mesma realidade", disse.

O ministro admitiu a prisão em segunda instância, mas somente para crimes graves,

Anexo 2

QUINTA-FEIRA, 5 DE ABRIL DE 2018

POLÍTICA

DIÁRIO DO VALE • 3

Samuca diz que Conselho de Saúde participará de contratação das OSs

Licitação para escolher organização que administrará hospitais São João Batista e do Retiro está em andamento

Volta Redonda

O prefeito de Volta Redonda, Samuca Silva (Podemos), disse que quer que o conselho municipal de Saúde seja atuante e tenha voz ativa em todo processo de contratação das Organizações Sociais (OSs) que atuarão na gestão dos hospitais São João Batista e o do Retiro. "O que precisa é que tenha participação do conselho nas decisões e no controle da atuação. Garanto toda transparência possível para o conselho e para a população, além do controle rigoroso da atuação da empresa vencedora com constantes auditorias", frisou Samuca Silva.

Durante a fala, o prefeito defendeu o sistema de contratação das OSs. "O sistema de OS deu certo em várias partes do país como nos estados de São Paulo e de Goiás. Com ele, vamos resolver um antigo problema da saúde de Volta Redonda, a contratação por RPAs (Recibo de Pessoas Autônomas). Os profissionais da saúde não tinham nenhum direito trabalhista. Agora, com a OS, eles terão carteira assinada, férias e folga remunerada", disse o prefeito de Volta Redonda.

O prefeito fez questão ainda de destacar que levou todo o processo de contratação da OS para o Ministério Público Federal.

Na próxima semana, o prefeito Samuca Silva vai se reunir com todo corpo técnico dos dois hospitais para explicar como será o novo sistema de gestão das unidades médicas.

Compra de hospitais

A fala de Samuca ocorreu durante reunião com os membros do Conselho



Reunião: Durante encontro com Conselho Municipal de Saúde, Samuca defendeu sistema de OSs

Municipal da Saúde, nesta quarta-feira (4), no Palácio 17 de Julho. Além da questão das OSs, o Hospital do Idoso e a aquisição do prédio do antigo Hospital Santa Margarida também foram objeto de discussão.

Segundo o prefeito, quase 40% dos atendimentos médicos de Volta Redonda são moradores de fora da cidade. A criação do Hospital do

Idoso, que funciona a porta fechada e não atende emergências, foi para beneficiar aos pacientes da terceira idade de Volta Redonda.

— Essa é a primeira unidade médica especificamente para o atendimento aos idosos acima de 60 anos do Estado do Rio de Janeiro e o segundo em todo o país. A criação foi uma ideia conjunta dos técnicos do Minis-

tério da Saúde com a prefeitura de Volta Redonda — contou Samuca Silva. Lá são pacientes que vêm do Hospital do Retiro. O Hospital tem capacidade para 17 internações de idosos.

Em relação ao Hospital Santa Margarida, o prefeito esclareceu as dúvidas dos conselheiros. A unidade será de porta fechada (sem emergência e urgência) e a

previsão é que dois andares começarão a funcionar até dezembro de 2018.

O governo municipal adquiriu o prédio e os R\$ 6 milhões que foram pagos à vista serviram para pagar as dívidas trabalhistas dos antigos funcionários. "É dinheiro que ficará na cidade porque a maioria dos funcionários é de Volta Redonda", disse Samuca Silva.

O secretário municipal de Saúde, Alfredo Peixoto, disse que a aquisição do hospital foi um excelente negócio para a cidade de Volta Redonda. "O inventário judicial mostra que há 24 máquinas de hemodiálise e outros dez leitos de UTI e diversos outros equipamentos de alto custo. Foi uma grande aquisição para a cidade", disse Alfredo Peixoto.

scom/fm/1

Anexo 3

Prefeitura de Angra dos Reis promove consulta pública sobre revisão do PPA

Angra dos Reis

Com o objetivo de envolver o maior número possível de moradores de Angra dos Reis na elaboração do Plano Plurianual (PPA) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), a Secretaria Executiva de Governo e Relações Institucionais da Prefeitura de Angra dos Reis levou para a Rua do Comércio uma tenda, onde está sendo disponibilizado aos cidadãos um formulário.

Neste questionário, o morador poderá opinar sobre o seu bairro e dar sugestões para as diversas áreas de atuação da administração pública, como saúde, educação, moradia, entre outros.

Nosso objetivo é ouvir a população em seus anseios e expectativas quanto à cidade em que vive. Como é viver aqui, como considera os serviços públicos e o que deseja que seja melhorado na cidade e em seu bairro – explicou o secretário executivo de Planejamento e Gestão Estratégica, André Pimenta.

A tenda ficará disponível até o próximo sábado (7), das 9h às 17h, em frente à Igreja Matriz, período em que acontecerá o Liquida Centro, evento realizado pela Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), com o apoio da Prefeitura.

Além disso, a população pode contribuir com a elaboração do PPA, que norteará as ações do governo nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, preenchendo um formulário que está disponível no site da prefeitura.

Para participar, o cidadão deverá se identificar com informações básicas como o nome completo, bairro onde mora, tempo de residência na cidade, entre outros detalhes e depois entrar com as suas propostas, anseios e preocupações.

Coletando informações: Prefeitura de Angra dos Reis vai às ruas perguntar sobre prioridades da população para o dinheiro público



Anexo 4

Samuca Silva se reúne com grupo Trigo

Volta Redonda

O prefeito Samuca Silva recebeu na tarde de quarta-feira (4) a direção do grupo Trigo, responsável pelas marcas Spoleto, Koni e Domino's. O encontro foi para estreitar as relações do grupo

com o poder público municipal. Em maio, por exemplo, haverá uma rodada de negócios na cidade, tendo a empresa alimentícia como âncora do evento. As datas e os locais da rodada de negócios ainda serão definidos pela secretaria

municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

O grupo Trigo, que tem uma fábrica na Rodovia dos Metalúrgicos, em Volta Redonda, emprega 260 pessoas e produz mais de 700 toneladas de alimentos por mês na unidade.

“Em 2018, será o ano do Desenvolvimento Econômico em Volta Redonda. Precisamos sempre de parcerias com as empresas instaladas na cidade e também estamos trabalhando muito para trazer novas empresas para o município”,

disse Samuca Silva.

Durante o mês de maio será realizada uma série de eventos voltados para o desenvolvimento econômico. Além dessa rodada de negócios, já está prevista a realização da primeira Rua de Compras do ano, antes do

Dia das Mães. E, no fim do mês, está prevista a realização de um evento ligado ao mercado imobiliário de habitação. As datas e locais dos eventos ainda serão definidos pela secretaria municipal de Desenvolvimento Econômico.

Anexo 5

Aeronáutica diz que convicções não devem ficar acima das instituições

Tenente-brigadeiro do ar afirma que integrantes das Forças Armadas devem acreditar nos poderes instituídos

Brasil

Um dia após o comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, ter usado a rede social Twitter para "assegurar" que o Exército "julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade", o Comando da Aeronáutica divulgou uma nota assinada pelo comandante da Força, tenente-brigadeiro do ar Nivaldo Luiz Rossato na qual afirma que integrantes das Forças Armadas devem acreditar nos poderes instituídos, não se deixando empolgar "a ponto de colocar convicções pessoais acima daquelas das instituições".

Nestes dias críticos para o país, nosso povo está polarizado, influenciado por diversos fatores. Por isso é muito importante que todos nós, militares da ativa ou da reserva, inte-

grantes das Forças Armadas, sigamos fielmente a Constituição, sem nos empolgarmos a ponto de colocar nossas convicções pessoais acima daquelas das instituições - disse Rossato.

As declarações do comandante ganharam repercussão por terem sido feitas um dia antes do julgamento do habeas corpus do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Os poderes constituídos sabem de suas responsabilidades perante a nação e devemos acreditar neles. Tentar impor nossa vontade ou de outrem é o que menos precisamos neste momento. Seremos sempre um extremo recurso, não apenas para a guarda da nossa soberania, como também para mantermos a paz entre irmãos que somos. Acima de tudo, o momento mostra que deve-

mos nos manter unidos, atentos e focados em nossa missão - continua a nota.

No Twitter publicado na noite de terça-feira, Villas Bôas "assegurou" que "o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais. Nessa situação que vive o Brasil, resta perguntar às instituições e ao povo quem realmente está pensando no bem do país e das gerações futuras e quem está preocupado apenas com interesses pessoais?", escreveu o comandante do Exército nas postagens. A mensagem do comandante do Exército desencadeou uma série de pronunciamentos de agentes políticos, bem como nas redes sociais.



De frente: Nivaldo deu declaração que foi de encontro ao que disse Villas Bôas

Tenente-Brigadeiro Rossato emitiu esclarecimento

Anexo 6

Temer diz que cumprimento rigoroso da Constituição dá estabilidade

 Brasília

O presidente Michel Temer disse ontem que no Brasil não se pode “combater pessoas, desmerecendo o país”. Em discurso durante cerimônia no Palácio do Planalto, ele voltou a defender o cumprimento das determinações constitucionais e destacou a importância da liberdade de imprensa.

“O que mais prejudica o país é desviar-se das determinações constitucionais; quando as pessoas começam a desviar-se das determinações jurídicas, constitucionais, quando acham que podem criar o direito a partir da sua mente e não a partir daquilo que está escrito, seja literalmente ou sistemicamente, você começa a desorganizar a sociedade”, disse Temer em discurso durante a cerimônia de sanção da lei que

flexibiliza o horário de veiculação do programa A Voz do Brasil.

Temer ressaltou que prestigia a imprensa livre “por convicção pessoal” e a considera fundamental para o país. Ele também afirmou que considera a democracia o melhor dos regimes.

- A liberdade de informação permite as mais variadas críticas, e elas não de verificar-se, porque elas dão também um norte para a conduta da própria sociedade. O que não se pode é combater pessoas, desmerecendo o país. Você precisa tomar um cuidado extraordinário com esse fato - disse.

Temer se declarou um “escravo” do texto constitucional e disse que a manutenção do ordenamento jurídico assegura o direito à informação.

“Eu acho que o que dá estabilidade ao país

é o cumprimento rigoroso daquilo que a soberania popular produziu ao criar o Estado brasileiro. Portanto, toda vez que pratico um gesto governativo, tenho em mente o norte que me dá a Constituição Federal. Volto a dizer na convicção mais acentuada, mais profunda e correta de que a ordem jurídica é que estabelece as relações sociais, regula as relações sociais”, afirmou.

A Voz do Brasil, programa de rádio com mais de 80 anos no ar, poderá ser veiculada pelas emissoras dentro do intervalo das 19h às 22h e não mais obrigatoriamente das 19h às 20h. A lei que flexibiliza o horário do programa foi sancionada ontem (4) pelo presidente Michel Temer, em cerimônia no Palácio do Planalto.

Anexo 7

Jungmann diz que general defende institucionalidade e serenidade

Rio

O ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, comentou ontem as declarações de “repúdio à impunidade” do comandante do Exército, general Eduardo Villas Boas, publicadas nesta terça na internet. Jungmann afirmou que o texto postado nas

redes sociais traz uma mensagem de serenidade e legalidade e revelou que elogiou as palavras em um encontro com o general na manhã de ontem (4).

“As palavras do general Villas Boas representam basicamente a defesa da institucionalidade, a defesa da Constituição e, sobretudo, a noção de que a

regra do jogo é para ser cumprida e de que tem que ser aceita”, disse Jungmann.

“Quando ele lembra que o Exército brasileiro e as Forças Armadas estão atentas ao seu papel institucional, o papel institucional das Forças Armadas está definido na Constituição”.

Anexo 8

Diz a mensagem do general Villas Boas compartilhada no Twitter:

“Asseguro à Nação que o Exército brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais. Nessa situação que vive o Brasil, resta pergun-

tar às instituições e ao povo quem realmente está pensando no bem do país e das gerações futuras e quem está preocupado apenas com interesses pessoais?”

Para o ministro, não há forças políticas no Brasil que buscam “um retorno ao passado, à exceção das que são absolutamente minoritá-

rias”. Ele descartou a possibilidade de ocorrer um novo golpe militar no país.

“De zero a 10, a chance é menos 1. Não há a menor possibilidade. As Forças Armadas são um ativo democrático hoje. Fora da Constituição e do jogo democrático, não há caminho no Brasil”, afirmou.

Anexo 9

Cenário para a disputa eleitoral em Volta Redonda começa a se definir

Lideranças tradicionais e nomes novos vão disputar votos de 222.735 eleitores do município, que tem tradição de eleger candidatos locais

Volta Redonda

Na semana em que se encerra o prazo para que os futuros candidatos estejam filiados ao partido pelo qual pretendem disputar as eleições gerais de outubro, o cenário eleitoral começa a se definir em Volta Redonda. Os 222.735 eleitores do maior colégio eleitoral do Sul Fluminense, que costumam preferir candidatos locais, vão ter diversas lideranças voltarredondenses entre suas opções.

O deputado federal Dely de Oliveira deve disputar a reeleição para o quinto mandato consecutivo. Ele deve permanecer no PTB, apesar de ter sido sondado por diversas legendas durante a janela de mudança de partido.

O ex-deputado federal, ex-prefeito e ex-vereador Paulo Baltazar é um dos que mudaram de legenda para a disputa. Ele saiu

do PRB, partido pelo qual foi vereador entre 2013 e 2016, além de ter chegado ao segundo turno na disputa para prefeito no ano passado, e agora está no PDT, pelo qual pretende ser candidato a deputado estadual, cargo que vai disputar pela primeira vez. Baltazar fará dobradinha com o vereador José Augusto, que deve disputar uma cadeira na Assembleia Legislativa.

Outro pré-candidato que mudou de legenda é o ex-vereador Jorge de Oliveira, o Zoinho, que saiu do PR, pelo qual se elegeu deputado federal em 2010 e disputou a prefeitura em 2012 e 2016, para o PRP, acompanhando o ex-governador Anthony Garotinho. Ele deve tentar retornar à Câmara dos Deputados.

A ex-vereadora América Tereza deve deixar até o fim desta semana a presidência da Fundação

para a Infância e Adolescência (FIA) do governo estadual, caso confirme sua intenção de disputar uma cadeira na Câmara dos Deputados. Ela deve permanecer no MDB, partido pelo qual foi candidata a prefeita em 2016.

O deputado estadual Nelson Gonçalves também foi cortejado por outros partidos, mas decidiu disputar as eleições de outubro, quando buscará um novo mandato de deputado estadual, pelo mesmo PSD pelo qual concorreu em 2012.

O empresário Rogério Loureiro deve disputar uma cadeira na Assembleia Legislativa pelo Podemos, partido ao qual se filiou a convite do senador Romário. Rogério anteriormente era filiado ao PPS e afirmou no Facebook que deixa o partido mas mantém o carinho pela legenda.

O grupo político do



Tradição: Eleitorado de Volta Redonda tende a preferir candidatos locais

prefeito Samuca Silva deve ter dois candidatos: Fernando Garcia, o Samuquinha, e o vice-prefeito Maycon Abrantes.

As informações mais recentes são de que o grupo ainda estaria decidindo quem será candidato a deputado estadual, e quem disputa a Câmara dos Deputados. Os partidos também estão sendo estudados e devem ser definidos nesta sexta.

Ativar o Windows

Anexo 10

Prefeito inaugura sala para pequenas cirurgias no Hospital Municipal de Pinheiral

Pinheiral

A população de Pinheiral recebeu mais um investimento em Saúde: uma sala para a realização de pequenas cirurgias, no Hospital Municipal de Pinheiral. O prefeito Aurelino Gonçalves Barbosa. A estreia aconteceu na manhã desta quinta-feira (05), quando três pacientes foram operados na nova ala cirúrgica, que atenderá demandas nas especialidades de cirurgia geral, dermatologia e possibilitará ainda a realização de biópsias.

A sala de cirurgia era um compromisso firmado em campanha pelo prefeito de Pinheiral, Ednardo Barbosa - que nesta manhã fez questão de acompanhar as primeiras cirurgias realizadas no Hospital Municipal de Pinheiral. Ednardo destacou que, este é o primeiro passo para a cidade receber um centro cirúrgico.

— Hoje demos mais um

passo em prol da Saúde Pública de Pinheiral. A abertura da sala para pequenas cirurgias é um passo para chegarmos, em breve, à abertura do centro cirúrgico, que é o nosso objetivo. A sala possui equipamentos novos comprados em nossa gestão e, outros doados pelo Estado, por intermédio do Deputado Estadual Gustavo Tutuca. Hoje, estamos fazendo três pequenas cirurgias nessa sala apropriada, climatizada e, que é mais uma contribuição nossa para a Saúde de Pinheiral — disse Ednardo.

O secretário de Saúde, Everton Alvim, afirmou que a nova sala de cirurgia vai ajudar a diminuir a demanda reprimida na cidade e falou de novos investimentos previstos no hospital.

Hoje entregamos uma sala adequada que vai ajudar a eliminar a fila de espera que temos no município. Além disso, vai possibi-

litar atender boa parte da demanda que precisamos encaminhar para outros municípios. Esperamos, em breve, através da emenda parlamentar do Deputado Federal, Alexandre Serfotiz, realizar ainda uma reforma no hospital municipal e fazer desta sala de cirurgia um centro cirúrgico — disse Everton.

Sou cirurgião, trabalhei muito tempo no Rio de Janeiro em salas como essa aberta hoje. Por isso, fico muito feliz, pois agora poderemos, a princípio, fazer pequenas cirurgias em Pinheiral, junto com mais três médicos. O próximo passo é ampliar para fazer desta sala um centro cirúrgico, onde possamos fazer cirurgias de qualquer espécie. Nosso sonho é fazer de Pinheiral uma grande Saúde — disse o diretor-médico do hospital, Edson Marques.

Ana Paula Valim, uma das pacientes que já foram



Testando: Prefeito, secretário de Saúde e diretor do hospital verificam sala de cirurgia

operadas com a abertura da sala agradeceu o investimento feito pela nova gestão na Secretaria de Saúde de Pinheiral.

Queria agradecer a Deus e a toda equipe do Hospital de Pinheiral, desde o prefeito Ednardo até o secretário Everton Alvim.

Pude realizar uma biópsia de pele dentro da nossa cidade e, fui muito bem atendida pelo doutor Edson — agradeceu Ana Paula.

Ativar o Windows

Anexo 11

Prefeitura agiliza concessão de alvarás

Porto Real

Como peça fundamental para início das atividades de qualquer empresa, foram emitidos na sede da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, na última quarta-feira, 4, os primeiros alvarás de Licença, Localização e Funcionamento. De acordo com o Decreto 2203 de 6 de fevereiro de 2018, a partir deste mês os documentos deverão ser solicitados ou renovados na Rua Estevam Domingos Pedrassi, número 164, Centro. Anteriormente o documento era concedido pelo Departamento de Arrecadação Tributária (DAT), no prédio da Prefeitura de Porto Real. O documento que tem como objetivo estimular a regularização de novos negócios no município é emitido em até dez dias, após a aprovação da viabilidade e dependendo do ramo de atividade da empresa.

Para o assessor de Atendimento ao Cidadão, Ademir Bitencourt, o início da emissão de alvará na Secretaria visa oferecer serviços com mais celeridade e agilidade. "Essa condição irá propiciar melhores relações entre as empresas já insta-

ladadas no município e com as futuras".

Segundo Ademir, as empresas cujas atividades constituam baixo risco, poderão dispor do alvará provisório por 120 dias, mas alertou que para os demais processos para a emissão do documento seguirão a rotina de vistorias realizadas pelos órgãos competentes. Para a emissão do alvará por prazo definitivo, as empresas deverão cumprir todas as exigências devidamente notificadas. "As empresas que já desenvolvem atividades no município passam anualmente por avaliações e vistorias e caso esteja em situação regular, de acordo com a legislação vigente, é reemitido um novo alvará", explica.

"Com a implantação da Lei Geral da Microempresa pelo município de Porto Real (prevista na Lei Complementar 123/2006), que concede às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e aos Microempreendedores Individuais (MEI), o tratamento tributário diferenciado, fica garantido com a simplificação e redução na burocracia, em todos os órgãos da administração Federal, Es-

tadual e Municipal, a participação nas licitações de compras e serviços públicos, bem como a emissão de alvará provisório para empresas que explorem atividades de baixo risco", afirma o assessor.

A secretária da pasta, Vanessa Miranda, ressalta que a ação é uma atuação integrada entre as secretarias, na busca de inovações para facilitar o atendimento às empresas, além de promover agilidade e facilidade aos procedimentos administrativos. "Agimos no intuito de sermos agentes facilitadores na emissão desse tão importante documento. Acredito que a Secretaria seja o local mais adequado para desenvolvimento do processo, pois é uma das formas de garantir geração de emprego e renda para o município".

Dono de um alambique de cachaça artesanal a ser instalado no município, o ME, Gerson Tavernari, foi um dos primeiros empresários a receber o alvará de funcionamento para seu estabelecimento, na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda. "Emitido de forma rápida, o meu alvará representa o pontapé inicial



Mudança: Prefeitura de Porto Real altera emissão de alvarás para agilizar processo

para estruturar meu negócio, que será um ganho tanto para mim quanto para o município (com o Imposto Sobre Circulação De Mercadorias e Serviços ICMS).

Licença

O alvará é uma licença que permite a funcionalidade de estabelecimentos comerciais. Para renovar ou adquirir a licença, os responsáveis pelas empresas comerciais devem se enca-

minhar à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, estar com os dados da empresa e retirar o Documento de Arrecadação Municipal (DAM). Após o pagamento do DAM, o alvará será emitido. A emissão se faz necessária para as empresas iniciarem ou continuarem operando na cidade. "O alvará permite que uma empresa funcione em determinado município. Quem não o tem, ou não o renovou, está sujeito a fiscalizações e

será impossibilitado de continuar as atividades comerciais". O documento autoriza o uso e o funcionamento do imóvel de acordo com a Legislação Municipal e Urbana em vigor.

Todos os estabelecimentos (agrícolas, industriais, comerciais, bancários, prestadores de serviços, bem como de sociedades, instituições e associações de qualquer natureza, vinculadas a pessoas físicas ou jurídicas) devem possuir um Alvará de Funcionamento.

Atualizado em 04/02/2018

Anexo 12

Sérgio Moro determina prisão de Lula

Juiz federal impede uso de algemas e dá chance do ex-presidente se entregar ainda hoje

Brasília

O juiz federal Sérgio Moro determinou ontem a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Conforme a decisão, Lula terá até às 17h desta sexta (6) para se apresentar à Polícia Federal. "Relativamente ao condenado e ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, concedo-lhe, em atenção à dignidade cargo que ocupou, a oportunidade de apresentar-se voluntariamente à Polícia Federal em Curitiba até as 17h do dia 06/04/2018, quando deverá ser cumprido o mandado de prisão", decidiu Moro.

A medida foi tomada após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que negou na quarta-feira (4) um habeas corpus protocolado pela defesa para mudar o entendimento firmado pela Corte em 2016, quando foi autorizada a prisão após o fim dos recursos naquela instância. Lula foi condenado a 12 anos e um mês na ação penal do triplex do Guarujá (SP), na Operação Lava Jato.

Sérgio Moro também determinou à Polícia Federal que não sejam utilizadas algemas em "qualquer hipótese". O juiz também determinou que Lula terá direito a cela especial.

"Esclareça-se que, em razão da dignidade do cargo ocupado, foi previamente preparada uma sala reservada, espécie de Sala de Estado Maior, na própria Superintendência da Polícia Federal, para o início do cumprimento da pena, e na qual o ex-presidente ficará separado dos demais presos, sem qualquer risco

para a integridade moral ou física", diz o mandado de prisão.

Na decisão, Moro explicou que, embora caiba mais um recurso contra a condenação de Lula, os chamados embargos dos embargos, a medida não poderá rever os 12 anos de pena. "Não cabem mais recursos com efeitos suspensivos junto ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Não houve divergência a ensejar infringentes. Hipotéticos embargos de declaração de embargos de declaração constituem apenas uma patologia protelatória e que deveria ser eliminada do mundo jurídico. De qualquer modo, embargos de declaração não alteram julgados, com o que as condenações não são passíveis de alteração na segunda instância", explicou.

O caso

Para o juiz federal Sérgio Moro, que condenou Lula em primeira instância, ficou provado nos autos que o ex-presidente e a ex-primeira-dama Marisa Letícia eram de fato os proprietários do imóvel e que as reformas executadas no triplex pela empresa OAS provam que o apartamento era destinado a Lula e faziam parte do pagamento de propina ao ex-presidente por ter beneficiado a empreiteira em contratos com a Petrobras.

No recurso apresentado ao TRF4, a defesa alegou que a análise de Moro foi "parcial e facciosa" e "descoberta de qualquer elemento probatório idôneo". Os advogados afirmaram



Na frente: Lula teve pedido de prisão antecipado ao que era esperado pelo mesmo jurídico

que um conjunto de equívocos justificava a nulidade da condenação. Para a defesa, o juiz teria falhado ao definir a pena com base apenas na "narrativa isolada" do ex-presidente da OAS José Adelmário Pinheiro Filho, conhecido como Léo Pinheiro, sobre o que os advogados consideram "um fantástico caixa geral de propinas" e a suposta compra e reforma do imóvel.

Lula foi vencido no TRF4, que pediu sua condenação e ainda aumentou a pena. O ex-presidente também apresentou ao STF para tentar evitar a prisão, mas foi novamente vencido.

Anexo 13

Deputados defendem nova discussão sobre prisão em segunda instância

Brasília

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, quer colocar em discussão na Casa a prisão após condenação em segunda instância. De acordo com ele, os deputados Alex Manente (PPS-SP) e Onyx Lorenzoni (DEM-RS) estão preparando uma proposta de emenda constitucional sobre o assunto e, tão logo seja apresentada, sua intenção é colocá-la em tramitação.

“Do jeito que a questão está dividida, inclusive no próprio STF [Supremo Tribunal Federal], e pela forma que a sociedade demandou uma solução, eu acredito que o melhor ambiente para se fazer essa discussão é no Congresso Nacional. Dois deputados estão apresentando um projeto, mas me parece que na primeira tentativa não conseguiram as assinaturas. Assim que conseguirem, vai para a Comissão de Constituição e Justiça e segue o trâmite normal”, disse.

As declarações de Maia foram dadas no Rio de Janeiro, após encontro com o vice-governador do estado Francisco Dornelles (PP-RJ). Os dois con-

versaram, segundo o deputado, apenas sobre assuntos conjunturais.

O presidente da Câmara evitou dar opinião pessoal acerca da prisão após condenação em segunda instância. “Eu defendo que o Congresso discuta, independentemente da minha posição pessoal. Eu acho que, nesse momento, o presidente da Câmara emitir alguma opinião vai parecer um elogio ou uma crítica à decisão de ontem”, disse, em referência à sessão do Supremo Tribunal Federal (STF) na qual foi negado o pedido de habeas corpus preventivo solicitado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo Maia, há muitas dúvidas sobre o início do cumprimento da pena e o debate no Congresso pode ajudar a clarear as ideias. “Talvez o STF tenha feito uma interpretação que gera discordâncias em alguns advogados e juristas. Para alguns, na Constituição está claro e não está escrito sobre prisão após condenação em segunda instância. Então está na hora do Congresso, vendo que a solução terá que ser dada de forma permanente, discutir essa matéria”.

A legislação brasileira, no entanto, não permite a aprovação de emendas constitucionais enquanto perdura uma intervenção federal, como a que ocorre atualmente no Rio de Janeiro. Maia disse que, apesar de não poder ser votado, o projeto pode tramitar. Ele também avalia que o momento é adequado.

“Muitas vezes o Congresso reclama que há um ativismo excessivo do STF, que ele está assumindo o papel do Legislativo. Agora é uma oportunidade de mostrarmos que há uma divisão de interpretação no STF e darmos uma decisão definitiva, ouvindo os interesses de boa parte da sociedade”, disse.

Lula

Maia também comentou a decisão do STF que negou o habeas corpus ao ex-presidente Lula. “Poderia ter ficado seis a cinco para um lado ou para o outro. Quem acreditava que pudesse ter um resultado que no final não teve não pode se sentir prejudicado. No meu ponto de vista, o importante era que o STF julgasse o habeas corpus e foi julgado”.

PRISÃO NA SEGUNDA INSTÂNCIA

Marco Aurélio confirma que pode levar liminar do PEN ao plenário

Brasília

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio disse nesta quinta-feira (5) que pode levar para julgamento, na próxima quarta-feira (11), a liminar na qual o Partido Ecológico Nacional (PEN) pede que a Corte garanta, monocraticamente, a liberdade de condenados que ainda possam recorrer às cortes superiores.

A ação pretende rever a decisão do STF, tomada em 2016, que autoriza a prisão após o fim dos recursos na segunda instância. Dessa forma, seria derrubado o resultado do julgamento

que negou ontem (4) o habeas corpus para evitar a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“Eu tenho que ver. O tribunal está reunido, quarta-feira tem sessão, a tendência é trazer. Se eu entender que há uma urgência maior, não se podendo aguardar, a tendência é trazer ao colegiado”, disse.

Apesar de o ministro ter dito que pode levar a questão para julgamento na próxima semana, não está descartada a possibilidade dele conceder a liminar pleiteada pelo partido, individualmente, a qualquer momento. Se a decisão for tomada até esta sexta (6),

pode impedir a prisão de Lula, que deve se entregar à Polícia Federal até as 17h.

O partido, que tem advogados de investigados da Operação Lava Jato em sua cúpula, pretende superar o entendimento da presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, de não colocar em pauta duas ações declaratórias de constitucionalidade, que já foram rejeitadas, e analisam, de forma mais ampla, a questão da validade da prisão após o fim de todos os recursos em segunda instância. Recentemente, Cármen Lúcia disse que trazer novamente a questão para revisão seria “apequenar a Corte”.

Anexo 15

Resolução do TSE flexibiliza regras para noticiário político

Pré-candidato continua impedido de pedir votos antecipadamente, mas fica permitido falar sobre características pessoais e posicionamentos

Volta Restrição

As regras estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral através da resolução que define, entre outras coisas, o que são condutas ilícitas durante a campanha eleitoral, tornaram menos restritivas as regras para o noticiário político durante o período anterior à campanha. Nas eleições recentes, um grande número de pré-candidatos e de órgãos de imprensa foram processados pelo que se qualificava como propaganda eleitoral antecipada.

Agora, a instância máxima da Justiça Eleitoral decidiu que a menção à candidatura pretendida e a exaltação de qualidades pessoais não configuram propaganda eleitoral antecipada, desde que não haja pedido explícito de voto.

A imprensa também poderá cobrir a participação de filiados a partidos políticos ou de pré-candidatos em entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, na televisão e na internet, inclusive com a exposição de plataformas e projetos políticos, observado pelas emissoras de rádio e de televisão o dever de conferir tratamento isonômico.

Poderão ser feitas reportagens sobre a realização de encontros, seminários ou congressos, em ambiente fechado e a expensas dos partidos políticos, para tratar da organização dos processos eleitorais, da discussão de políticas públicas, dos planos de governo ou

das alianças partidárias visando às eleições, a realização de prévias partidárias e a respectiva distribuição de material informativo, a divulgação dos nomes dos filiados que participarão da disputa e a realização de debates entre os pré-candidatos, a divulgação de atos de parlamentares e de debates legislativos, desde que não se faça pedido de votos, a divulgação de posicionamento pessoal sobre questões políticas, inclusive em redes sociais, blogs, sites eletrônicos pessoais e aplicativos, a realização, a expensas de partido político, de reuniões de iniciativa da sociedade civil, de veículo ou do próprio partido político, em qualquer localidade, para divulgar ideias, objetivos e propostas partidárias e campanha de arrecadação prévia de recursos na modalidade prevista na lei.

O tribunal proibiu que a propaganda empregue meios publicitários destinados a criar, artificialmente, na opinião pública, estados mentais, emocionais ou passionais.

Os showmícios e eventos semelhantes continuam proibidos, mesmo que os artistas que se apresentem o façam gratuitamente. A exceção é para candidatos que sejam profissionais da classe artística, cantores, atores e apresentadores, que poderão exercer as atividades normais de sua profissão durante o período eleitoral, exceto em progra-



Eleição: Showmícios e eventos semelhantes continuam proibidos, mesmo que os artistas que se apresentarem o façam gratuitamente

mas de rádio e de televisão, na animação de comício ou para divulgação, ainda que de forma dissimulada, de sua candidatura ou de campanha eleitoral.

Os brindes continuam proibidos: a confecção, utilização, distribuição por comitê, candidato, ou com a sua autorização, de camisas, chaveiros, bonês, canetas, brindes, cestas básicas

ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor; podem levar o infrator, conforme o caso, a ser

processado por de captação ilícita de sufrágio (compra de votos), emprego de processo de propaganda vedada e, se for o caso, pelo abuso do poder.

Anexo 16

Lei que assegura direitos de crianças vítimas de violência entra em vigor

Brasília

Crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência já podem contar com um sistema de garantias de direitos nos inquéritos e no curso dos processos. É o que estabelece a lei, que normatiza mecanismos para prevenir a violência contra menores, assim como estabelece medidas de proteção e procedimentos para tomada de depoimentos. O texto entrou em vigor anteontem, um ano após a sanção pelo presidente Michel Temer.

A lei prevê que a União, os estados, o Distrito Fede-

ral e os municípios desenvolvam políticas integradas e coordenadas para garantir os direitos humanos da criança e do adolescente “no âmbito das relações domésticas, familiares e sociais”, de forma a resguardá-los “de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, abuso, crueldade e opressão”.

Campanhas de conscientização devem ser realizadas, periodicamente, para estimular a mais rápida identificação da violência praticada contra crianças e adolescentes e difundir seus direitos e os serviços de proteção. A nova legisla-

ção descreve diferentes formas de violência, como física, psicológica, sexual e institucional – essa última praticada por instituições públicas ou conveniadas, inclusive quando gerar revitimização.

O texto prevê dois procedimentos para ouvir as crianças vítimas ou testemunhas de violência, sempre em local apropriado e acolhedor: a escuta especializada, que deve ser realizada por órgão da rede de proteção e limitado estritamente ao necessário para o cumprimento de sua atribuição; e o depoimento es-

pecial, quando a criança ou adolescente é ouvido perante a autoridade judicial ou policial.

No segundo caso, o depoimento será intermediado por profissionais especializados que esclarecerão à criança os seus direitos e como será conduzida a entrevista, que será gravada em vídeo e áudio, com preservação da intimidade e da privacidade da vítima ou testemunha. A oitiva tramitará em segredo de justiça.

Se a criança tiver menos de sete anos ou no caso de violência sexual em qualquer idade, o depoimento

especial seguirá o rito cautelar de antecipação de prova e um novo depoimento somente poderá ocorrer se considerado imprescindível pela autoridade competente e com a concordância da vítima ou da testemunha.

Atendimento integral

Pela nova lei, qualquer pessoa que tiver conhecimento ou presencie ação ou omissão que constitua violência contra criança ou adolescente tem o dever de denunciar o fato imediatamente. Está previsto ainda que os sistemas de justiça, segurança

pública, assistência social, educação e saúde deverão adotar ações articuladas para o atendimento integral às vítimas e testemunhas de violência. Também está prevista a criação de juzizados ou varas especializadas.

No prazo de 60 dias, cabe ao Poder Público propor os atos normativos necessários à efetividade de nova lei. Já os estados, municípios e o Distrito Federal, no prazo de 180 dias, deverão estabelecer normas sobre esse sistema de garantia de direitos, de acordo com suas competências.

Audidores da Receita iniciam greve hoje

Brasília

Audidores-fiscais da Receita Federal entregaram ao secretário do órgão, Jorge Rachid, manifesto no qual comunicam que farão uma paralisação total a partir deste domingo (06) até a regulamentação do bônus de eficiência e da progressão funcional, que está sob análise da Casa Civil, segundo o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional).

No manifesto, os funcionários informam ao órgão que às segundas e sextas-feiras, nos chamados dias sem computador,

quando não há acesso aos sistemas de dados da Receita Federal, “nenhuma outra atividade se dará, mesmo que não dependam do acesso ao computador”.

A decisão de paralisar foi tomada pelo Conselho de Delegados Sindicais do Sindifisco Nacional, corroborado por assembleia nacional da categoria, devido à insatisfação com a demora da publicação dos decretos de regulamentação tanto do bônus de eficiência e quanto da progressão funcional, segundo o manifesto.

De acordo com o Sindifisco, a regulamentação aguardam a assinatura do presidente da República,

Michel Temer, e até o momento o governo não deu esclarecimento sobre a demora.

- Os auditores-fiscais desejam seguir cumprindo seu papel capital na retomada do crescimento e entendem que a desestabilização do órgão não atende aos interesses da sociedade brasileira. Assim, esperam que o governo se sensibilize e cumpra aquilo que foi acordado com a categoria. Esta é a única forma de reestabelecer a normalidade na Receita Federal do Brasil - diz o documento.

Procurada, a Receita Federal diz que não se manifestou sobre greve.

Anexo 18

PMs cedidos à Alerj devem ser devolvidos à Secretaria de Segurança até quarta

 Rio

O Secretário de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Richard Nunes, prorrogou o prazo para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) devolver aos quadros da Polícia Militar (PM) os agentes cedidos para a casa legislativa. O acerto foi feito anteontem, durante reunião do secretário com o presidente interino da Alerj, deputado André Ceciliano (PT).

Atualmente, 146 policiais estão cedidos à Alerj. Desse total, 87 retornarão para atividades na PM. Segundo a secretaria, o novo prazo para o retorno dos agentes à corporação ter-

mina na quarta-feira (4). Até a data, a Alerj vai definir os critérios de escolha de quais policiais serão liberados.

Anteriormente, a Secretaria de Segurança tinha dado o prazo de 72 horas para a devolução dos agentes, com base na Lei 41.687/09, que determina o retorno após dois meses de inadimplência no pagamento dos salários dos servidores cedidos. Foi com base nesta regra que o secretário pediu a volta dos 87 policiais que atuam, entre outras atividades, na segurança de parlamentares e integrantes de suas famílias e no patrulhamento de patrimônios.

Além da casa legislativa, a secretaria pediu o retorno de policiais que prestam serviço em 27 prefeituras do interior, na prefeitura do Rio e em oito órgãos do estado. Ao todo, são 285 agentes cedidos pela Secretaria de Segurança, atuando em órgãos que não estão cumprindo com o pagamento por pelo menos dois meses e, por isso, terão que ser devolvidos.

A alocação dos policiais, depois que retornarem aos quadros da corporação, já foi definida por um núcleo de autoridades das Forças Armadas e da Polícia Militar, que atuam no Gabinete de Intervenção Federal (GIF), em conjunto com a secretaria.

Anexo 19

Prazo para pedir isenção no Enem é ampliado para dia 15

Segundo Inep, objetivo é dar mais tempo para que os participantes possam se adequar às mudanças

Rio

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) prorrogou o prazo para solicitação de isenção da taxa de inscrição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A data final, inicialmente marcada para 11 de abril, foi adiada para

o dia 15 de abril.

Também foi prorrogado o prazo para os candidatos que tiveram isenção no ano passado e faltaram aos dois dias de prova justificarem sua ausência, para continuar tendo o benefício.

Segundo o Inep, o objetivo da mudança é dar mais tempo para que os participantes possam se

adequar às novidades desta edição, "garantindo, assim, a isonomia a todas as pessoas com direito à gratuidade da taxa de inscrição do Exame", diz o instituto.

Tanto o pedido de isenção como a justificativa de ausência devem ser feitas na Página do Enem 2018. Todos os interessados em

fazer o Enem 2018, isentos ou não, deverão fazer a inscrição no exame entre 7 e 18 de maio.

Quem pode pedir isenção

Tem direito à isenção os estudantes que estejam cursando a última série do ensino médio neste ano em escolas da rede pública, ou

que tenham cursado todo o ensino médio em escola da rede pública ou como bolsista integral na rede privada e tenham renda per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio.

Também pode solicitar isenção o participante que declarar situação de vulnerabilidade socioeconômica por ser membro de família

de baixa renda e que esteja inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Neste ano, também são isentos os participantes do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) do ano passado, que tenham atingido a nota mínima do exame.

Anexo 20

Apagão no Norte e Nordeste foi causado por falha humana

Brasília

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) informou que o apagão que atingiu 70 milhões de pessoas no Norte e Nordeste, em 21 de março, foi causado por uma falha humana. Segundo a primeira versão da nota técnica elaborada pelo órgão, havia um ajuste de proteção indevido no disjuntor da Subestação Xingu, no Pará.

Segundo o diretor geral, Luiz Eduardo Barata, a empresa Belo Monte Transmissão de Energia (BMTE) não informou ao ONS que havia estabelecido o limite de segurança no disjuntor. Como desconhecia o ajuste, o operador determinou a passagem de uma carga superior ao limite, e o sistema interrompeu a circulação de corrente entre os dois lados da subestação, causando um excesso de geração de energia elétrica de

um lado e falta do outro.

- A falha é humana, porque alguém programou o ajuste, e esse ajuste foi um ajuste indevido - explicou Barata.

Quando o disjuntor interrompeu o fluxo entre os dois lados da subestação, toda a energia que chegava da Usina de Belo Monte, e que deveria seguir para o Nordeste, permaneceu na Região Norte, causando uma geração acima da necessária. O Nordeste, que nesta época do ano recebe a energia de Belo Monte para compensar a menor geração eólica, ficou com menos geração do que carga.

O problema desequilibrou o sistema e gerou o desligamento em cascata, que apagou 98% das linhas de transmissão do Nordeste e 86% do Norte. Das 480 linhas de transmissão nas duas regiões, 458 saíram do sistema. A abertura do disjuntor se deu às 15h48, e

em questão de segundos os sistemas de energia elétrica do Norte, Nordeste e Sudeste/Centro-Oeste se separaram.

A recomposição do sistema começou na Região Norte por volta de dez minutos depois do incidente, e foi concluído às 17h50. Na Região Nordeste, a recomposição teve início às 16h16 e só foi concluída às 21h25.

Um problema adicional fez o blecaute tomar dimensão maior na região Nordeste: duas unidades na Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso, na Bahia, foram desligadas por descoordenação no sistema de proteção.

O desligamento ocorreu depois que a frequência do sistema já havia sido normalizada no Nordeste, derubando-a novamente, o que ativou a proteção de usinas térmicas na região e também as desligou.

O relatório foi encaminhado aos agentes envolvi-



Iluminando: Problema que originou o blecaute já foi solucionado

dos, incluindo a empresa Belo Monte, e, dentro de 15 dias, no máximo, a versão final será apresentada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). E a agência reguladora que vai

responsabilizar e definir possíveis punições aos envolvidos.

Segundo o ONS, o problema que originou o blecaute já foi solucionado. A Subestação de Xingu pas-

sou a ter dois disjuntores desde o fim de semana posterior ao apagão, e eles funcionam com um sistema de alarmes, em vez de desligarem em caso de possibilidade de sobrecarga.

Ativar o Win

Anexo 21

MEC cria programa para implantar a Base Nacional Comum Curricular



Insino: Programa vai apoiar financeiramente os estados para assegurar a qualidade técnica

Brasília

O Ministério da Educação (MEC) instituiu o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (Pro-BNCC), com o objetivo de apoiar os estados no processo de revisão ou elaboração e implementação de seus currículos alinhados à BNCC. As diretrizes do programa foram publicadas no Diário Oficial da União.

O programa vai apoiar financeiramente os estados para assegurar a qualidade técnica e a construção dos

currículos em regime de colaboração entre estados, o Distrito Federal e municípios. Os recursos também devem ser usados para a formação das equipes técnicas de currículo e gestão das secretarias estaduais e municipais de educação.

Para receber a assistência financeira do programa, os estados deverão apresentar um plano de trabalho com o cronograma das atividades previstas, que será analisado pelo MEC antes da liberação dos recursos. A assistência financeira será proporcional à quanti-

dade de estabelecimentos estaduais e municipais públicos de educação infantil e escolas estaduais e municipais públicas de ensino fundamental em cada estado, segundo dados do último Censo Escolar disponível.

A Base Nacional Comum Curricular para a educação infantil e o ensino fundamental foi homologada pelo MEC no final do ano passado. A parte referente ao ensino médio foi entregue na última terça-feira ao Conselho Nacional de Educação, que deverá

analisar e fazer sugestões de mudança no documento.

A BNCC deverá orientar os currículos dessas etapas e estabelecer as habilidades e competências que devem ser desenvolvidas pelos alunos ao longo da educação básica em cada uma das áreas. A partir dela, os estados e municípios devem elaborar seus currículos, que serão implementados nas escolas. Segundo o MEC, no primeiro ano de execução, serão repassados às secretarias estaduais cerca de R\$ 100 milhões para a implementação da BNCC.

Anexo 22

Farmanguinhos começa a produzir remédio para transplantados

Rio

O Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos) finalizou a produção dos primeiros lotes do medicamento tacrolimo, utilizado continuamente por pacientes transplantados de rim e fígado. A medicação era produzida pela indústria privada nacional Libbs Farmacêutica, mas por meio de um acordo de transferência de tecnologia passou a ser produzida por Farmanguinhos, que é vinculada à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Mesmo antes de iniciar a produção em Farmanguinhos, a Fiocruz e a Libbs já tinham desenvolvido uma parceria de desenvolvimento produtivo do medicamento que gerou, em cinco anos, uma economia de R\$ 980 milhões para os cofres públicos, por tornar a medicação mais acessível aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

A expectativa é de

que a economia possa ser ainda maior com a continuidade da produção, após o credenciamento de Farmanguinhos na Anvisa como local de fabricação do remédio.

Segundo a Fiocruz, atualmente cerca de 34 mil brasileiros fazem uso do medicamento, que é um imunossupressor, ou seja, reduz a atividade do sistema imunológico para que não haja rejeição dos órgãos após o transplante. São realizados mais de 6 mil novos transplantes de rins e mais de mil de fígado anualmente no Brasil. O tacrolimo é usado por toda a vida de uma pessoa transplantada.

Ainda de acordo com a Fiocruz, espera-se que outros medicamentos da mesma categoria terapêutica passem também a ser produzidos por Farmanguinhos. Um deles é o everolimo, utilizado em pacientes com câncer renal e que, assim como o tacrolimo, consta na lista de medicamentos estratégicos do SUS.

Anexo 23

Nelson Gonçalves pede tombamento da antiga delegacia de Volta Redonda

Deputado diz que imóvel mantém característica semelhante a que tinha no período de fundação da cidade

Volta Redonda

O deputado estadual Nelson Gonçalves (PSD) solicitou ao governo do estado do Rio de Janeiro, o tombamento do prédio da primeira delegacia de Polícia Civil, local onde funciona atualmente a 6ª Ciretran (Circunscrição Regional de Trânsito), no Aterrado. O parlamentar ressaltou a importância da preservação do espaço que se mantém com características semelhantes ao período de fundação da cidade.

Em um mundo onde tudo acontece, atualmente, com muita velocidade e as informações são atualizadas e perdidas com rapidez, proteger a nossa história é de extrema importância. Dessa forma estaremos garantindo às próximas gerações, não apenas fotos sobre a fundação da nossa cidade, mas também monumentos que além de belos, nos ajudam a contar como a Cidade do Aço foi erguida – ressaltou o deputado.

O parlamentar lembra que além do prédio da atual Ciretran, outros patrimônios do município estão sendo protegidos. Um deles é o prédio da antiga Rêdio Siderúrgica, no Laranjal, cuja lei determinando o tombamento do espaço como patrimônio histórico,

também foi de autoria do deputado e aprovada em 2002. A iniciativa de preservar a história da Cidade do Aço ganha, inclusive, adesão de diversos setores.

Um deles é do membro do Conselho Municipal de Cultura, professor Carlos Eduardo Gíglia que defende, por exemplo, que o espaço – o antigo prédio da Delegacia de Polícia – se transforme em um Centro de Memória da Comissão da Verdade. “Esse local é perfeito para implantarmos esse projeto, que se torna um espaço simbólico, para divulgação de crimes de torturas, perseguições políticas, entre outros, ocorridos na greve da CSN, em 1988, resultando na morte de três metalúrgicos da empresa”.

Por determinação do Ministério Público, cabe à prefeitura disponibilizar imóvel para abrigar esse Centro de Memória, que já existe na UFF (Universidade Federal Fluminense), onde permanece o acervo existente. A comissão que organiza o acervo do Centro de Memórias, inicialmente, propôs que a exposição permanecesse em local central e simbólico.

Foi aí que pensamos na antiga delegacia, um dos primeiros prédios do bairro aterrado, datada do



Da cidade: Nelson Gonçalves mostra preocupação com a história de Volta Redonda

início do século 20. Mas o imóvel não é do município, mas do governo do estado e destiná-lo para esse projeto significa protegermos a história da nossa cidade,

bem como os prédios erguidos na fundação de Volta Redonda – ressaltou Gíglia. Outro historiador que apoia os projetos de preservação da história da cidade

é o professor Adelson Vidal Alves. “Iniciativas como a do deputado Nelson Gonçalves revelam compromisso com a conservação da memória, e estão direta-

mente ligadas às propostas de política pública de preservação do patrimônio, e conseqüentemente, da nossa história”, ressaltou Adelson.

Anexo 24

Prefeitura de Resende promove capacitação para a Educação

Resende

A prefeitura promoveu um curso de formação para gestores municipais, iniciado neste sábado (7), com o tema "Gestão Democrática Escolar: Desafios e Oportunidades". Este é o tema do primeiro módulo do trabalho, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação, e que tem como público alvo os diretores das 62 unidades escolares do município, além da equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.

A capacitação, que tem carga de 60 horas, é semi-presencial e terá duração de sete meses, ao final dos quais os gestores serão certificados. A abertura oficial do curso, no auditório da Associação Educacional Dom Bosco (AEDB), foi realizada na manhã desta sábado, com a presença do prefeito Diogo Baleiro Diniz, da secretária municipal de Educação, Rosa Frech, da presidente do Instituto Educar, Alice Brandão e do superintendente pedagógico da Secretaria, professor Mário José Dias, além da equipe técnica da pasta.

Durante a cerimônia de abertura, os gestores das escolas e creches conheceram o Portal da Educação – plataforma na qual o curso ficará hospedado e onde eles poderão dar segmento aos conteúdos abordados nos encontros presenciais.

Durante a solenidade de abertura, a secretária Rosa Frech lembrou que a realização do curso faz parte do Plano Municipal de Educação, documento elaborado com a participação dos profissionais da Rede Municipal de Ensino e que tem como um de seus objetivos primordiais implantar a gestão democrática nas escolas.

A grande maioria dos profissionais que está aqui hoje participou ativamente da elaboração do Plano Municipal de Educação, que reforça não só a necessidade de investirmos na capacitação continuada dos professores, como também na formação dos gestores. Tenho certeza de que este curso, que chama a atenção para a importância de implantarmos uma gestão democrática nas escolas, vai se refletir nos nossos alunos, na sua vida e na sua

aprendizagem – disse.

Já o prefeito Diogo Baleiro Diniz, que lembrou os investimentos feitos na educação nos últimos meses, como a reforma de escolas e o pagamento aos professores de benefícios que estavam suspensos há cinco anos, destacou o fato de a capacitação estar sendo realizada com profissionais da própria rede, sem a necessidade de contratação externa.

É um orgulho para nós podermos realizar um curso como este com a prata da casa, que tem competência para isso, além de conhecer com muito mais profundidade a realidade da nossa cidade e da nossa Rede Municipal de Ensino – disse o prefeito, lembrando que na próxima terça-feira, dia 10, a Prefeitura entrega mais uma escola revitalizada, a Pré-Escolar Bairro Alambari.

Dividido em três módulos, a formação, que está sendo ministrada pelo professor Mário José Dias, abordará, além da "Gestão Democrática: Desafios e Oportunidades", os temas "Gestão Escolar em Rede: Ensino Focado em Resulta-



Trocando: Profissionais receberam e passaram instruções e informações durante o evento

dos" e "Gestão Escolar e o Plano Municipal de Educação: Indicadores e Resultados do Plano de Ação".

Portal da Educação

Desenvolvido pela equipe de Tecnologia da Informação da Prefeitura de Resende, sem custos adicionais com contratação de

empresa especializada, o Portal da Educação (educacao.resende.rj.gov.br) pode ser acessado de notebooks, tablets e smartphones, e traz conteúdos como notícias e vídeos, voltados para a divulgação das ações da educação nas escolas, além de salas virtuais onde os professores poderão trocar experiências e

participar de cursos e capacitações. Futuramente, o portal também trará a frequência e notas dos alunos da Rede Municipal de Ensino, informações que poderão ser consultadas pelos pais, que terão mais uma ferramenta à sua disposição para acompanhar a vida e o desempenho escolar de seus filhos.

Ativar o Windows

Anexo 25

Equipe levanta dados socioeconômicos de famílias no Parque Independência

Volta Redonda

A prefeitura de Volta Redonda montou uma estrutura com barracas, mesas e cadeiras para realizar um levantamento socioeconômico no Parque Independência, área que foi ocupada por cerca de 50 famílias e que está passando uma avaliação social e o destino a ser dado para a regularização da área. A Secretaria Municipal de Ação Comunitária (SMAC), já havia realizado um cadastramento dessas famílias e neste sábado, dia 7, voltou ao local para conseguir outras informações.

"Algumas lideranças do bairro procuram a gestão

para pedir limpeza do local e outras melhorias. A Smac, junto com a equipe de outras secretarias, está levantando esses dados e ao mesmo tempo atendendo a um pedido do Ministério Público. Estamos avaliando diversas possibilidades para melhorar a vida desses moradores", explicou o subsecretário Rodolfo Levnagem.

O Parque Independência tem mais de 50 famílias e 12 ruas de difícil acesso e fica situado à beira da linha férrea e do Rio Paraíba do Sul.

Para a moradora Carmen Aparecida Fernandes, que está há um ano no local, o contato com o poder

público foi bem esclarecedor.

"Eles (funcionários da SMAC) nos deram mais tranquilidade conversando com os moradores. Estamos vendo que o município está também se movimentado para nos ajudar, foi bem esclarecedora a conversa", disse Carmen.

Ao todo sete funcionários dos Centros de Referência e Assistência Social (CRÁS), da cidade participaram da ação. De acordo com o prefeito Samuca Silva, o cadastro das famílias foi um passo importante é agora, com esse levantamento mais amplo das famílias estamos buscando, dentro da legalidade, bus-

cando oferecer respeito social para essas pessoas.

"Esse levantamento está sendo realizado para que a prefeitura tenha dados mais precisos e assim, consigamos continuar com as ações a fim de se buscar as soluções para essa área. Hoje, há risco inclusive para as pessoas com a proximidade da linha férrea e o Rio Paraíba do Sul. Nós estamos estudando várias possibilidades para resolver a situação desses moradores. O importante é encontrarmos essas respostas e soluções o mais rápido possível para que essas famílias possam ter mais tranquilidade", enfatizou o prefeito.



Regulariza: Famílias responderam questionários que ajudarão a elaborar projetos

Anexo 26

Ex-presidente começa a cumprir pena

Lula foi levado para uma sala especial na sede da PF em Curitiba que foi reservada para ele

Curitiba

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou ainda no sábado ao prédio da Superintendência da Polícia Federal (PF) em Curitiba, onde ele fica preso e cumprirá a pena. Mais cedo, ele desembarcou no Aeroporto Internacional Afonso Pena, na capital paranaense, e foi até a superintendência em um helicóptero da instituição.

Lula foi levado para uma sala especial que foi reservada para ele. O local funcionava como dormitório para agentes da PF e foi transformada em uma sala de Estado Maior para receber o ex-presidente. No espaço, há apenas uma mesa, uma cadeira, uma cama e um banheiro. Há ainda uma janela que dá vista para a parte interna do prédio.

Tensão entre manifestantes

A chegada do ex-presidente foi acompanhada por manifestantes favoráveis e contrários e o clima foi de tensão. Foram explodidas bombas de efeito moral para conter a multidão a favor de Lula. Separados por um espaço de 30 metros, os grupos gritavam palavras de ordem.

Apoiadores de Lula se emocionaram, cantaram e gritavam palavras de ordem. Com bandeiras de movimentos sociais, entidades sindicais e de partidos políticos, o grupo usou um sinalizador ao saber que o ex-presidente havia desembarcado na capital paranaense. Do outro lado, manifestantes contrários ao ex-presidente comemoraram a prisão com fogos de artifício, buzinas e bandeiras

do Brasil.

Houve confusão quando o ex-presidente estava chegando ao local. Segundo relatos, alguns manifestantes atiraram pedras e tentaram derrubar o portão de acesso à PF. Com o tumulto, a polícia usou bombas de gás lacrimogêneo para dispersar os manifestantes. De acordo com informações preliminares, algumas pessoas ficaram feridas.

O presidente do PT no Paraná, Doutor Rosinha, negou qualquer tentativa de derrubada do portão e lançamento de pedras por parte dos manifestantes favoráveis ao ex-presidente Lula. A chegada de Lula ao local foi negociada pela defesa dele com a PF. A negociação ocorreu desde a sexta-feira (6), quando terminou o prazo determinado pelo juiz federal Sérgio Moro para que Lula se apresentasse voluntariamente à polícia em Curitiba.

Decisão da Justiça

Atendendo a um pedido da prefeitura de Curitiba, o juiz Ernani Mendes Silva Filho deferiu a liminar determinando a saída dos manifestantes das áreas próximas à Superintendência da Polícia Federal. Segundo o órgão, os manifestantes não podem transitar na área, também não podem impedir o trânsito de pessoas e ainda não devem se abster de montar estruturas e acampamentos nas ruas e praças da cidade, sem prévia autorização municipal.

De acordo com a prefeitura, a aglomeração de pessoas no local poderia causar "transtornos aos moradores da região e grave le-

são à ordem e à segurança pública".

Na decisão, o juiz afirma que "há um justo receio de turbulência ou esbulho, o que ficou comprovado através dos noticiários, que registram a prática de confrontos em diversas localidades em especial na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, em São Bernardo do Campo", com pessoas feridas e baleadas, assim como agressões à jornalistas e vandalismo em prédios públicos e particulares — à exemplo do ocorrido no imóvel de propriedade da Presidente do Supremo Tribunal Federal —, o que não se pode admitir no Estado Democrático de Direito."

São Bernardo do Campo

Após dois dias no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo, Lula se entregou à Polícia Federal aproximadamente às 18h40, mais de 24 horas após o prazo dado pelo juiz Sérgio Moro. Antes disso, o político fez um longo discurso, no qual lembrou sua trajetória política, criticou o Judiciário, a imprensa, o processo que levou à sua condenação e disse que a prisão não encerrará suas ideias e os sonhos da população.

No fim da tarde, ele foi levado para a Superintendência da PF em São Paulo para fazer exame de corpo de delito e, por fim, ao Aeroporto de Congonhas, de onde decolou para a capital paranaense em uma aeronave monomotor modelo Cessna 210.

O juiz federal Sérgio Moro, responsável pela Operação Lava Jato na primeira instância, condenou



Chegou: Lula desce o helicóptero para se entregar aos policiais federais em Curitiba

Lula a 9 anos e 6 meses de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro em julho do ano passado, mas o ex-presidente ganhou o direito a aguardar a prisão em liberdade. A condenação é relativa ao processo que investigou a compra e a reforma de um apartamento triplex em Guarujá, no litoral de São Paulo. Moro afirmou na sentença que as reformas executadas no apartamento pela empresa OAS provam que o imóvel era destinado ao ex-presidente em troca de ajuda a empreiteira OAS em contratos com a Petrobras.

Em janeiro deste ano, o

TRF4, segunda instância da Justiça Federal, julgou os primeiros recursos da defesa do ex-presidente e do Ministério Público Federal (MPF) e aumentou a pena para 12 anos e 1 mês de prisão. No fim de março, a Oitava Turma do tribunal julgou um novo recurso, que também foi rejeitado. Em tese, caberia o último recurso, os chamados embargos dos embargos, que poderiam ser protocolados até o dia 10 de abril. No entanto, na decisão em que decretou a prisão, Moro explicou que, embora caiba mais um recurso contra a condenação de Lula, a me-

didada não poderá rever os 12 anos de pena.

Outros dois processos em que o ex-presidente é investigado tramitam na Justiça do Paraná. Um trata do sítio em Atibaia. No primeiro, apura-se se que o sítio foi dado a Lula pelas construtoras Odebrecht, OAS e Schahin, que, segundo o Ministério Público Federal (MPF), também teriam financiado obras de melhorias na propriedade. No outro, é investigada suposta compra de um terreno por parte da construtora Odebrecht que seria usado como sede para o Instituto Lula.

Anexo 27

Mesmo preso, Lula ainda responde a seis ações penais e duas denúncias

Uma das mais conhecidas diz respeito ao sítio de Atibaia que foi reformado como suposto pagamento de propina

Curitiba

Condenado no caso do triplex em Guarujá (SP), o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva responde a seis ações penais, além de ter sido denunciado em outras duas. Lula foi condenado a 12 anos e um mês de prisão por ter

recebido um triplex no Guarujá (SP) em vantagem indevida para beneficiar a construtora OAS. As negociações envolveram, segundo as investigações, R\$ 2,4 milhões.

Há duas ações em andamento em Curitiba (PR), nas mãos do juiz federal Sérgio Moro, e outras quatro em

Brasília, sob a responsabilidade da 10ª Vara Federal. Paralelamente, o ex-presidente é alvo de duas denúncias: uma que trata de suposto benefício ao lado da cúpula do PT e outra sobre a nomeação para ser ministro da Casa Civil do então governo de Dilma Rousseff.

Anexo 28

Presença do petista altera rotina da região

Brasília

A presença do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba alterou a rotina da região. Manifestantes favoráveis ao ex-presidente acampam no local e informam que vão continuar no espaço enquanto Lula estiver preso.

Cerca de 1,5 mil pessoas devem se reunir no espaço. Devido à ordem judicial, o acampamento está a uma distância de 500 metros da Superintendência, atrás do bloqueio da Polícia Militar. Com as ruas fechadas, a rotina dos moradores da região foi afetada.

Um morador que não quis se identificar informou que agora tem que deixar no carro um comprovante de residência para passar pelo bloqueio. “Estou an-

dando com uma conta de luz no carro. Tive que sair ontem para cuidar da minha mãe que é idosa e tive dificuldades para voltar”, disse. O morador ainda criticou o planejamento das forças de segurança. “No dia em que o Lula veio prestar depoimento, eles isolaram a área, fizeram bloqueio, cadastraram os moradores e deu tudo certo. Agora que era a prisão do ex-presidente, um evento muito mais complicado, a PM não fez nada disso. Não entendemos o porquê. Acho que deveria ter tido um cuidado similar”, completou.

No sábado (7), o comandante do 20º Batalhão da Polícia Militar, tenente-coronel Mário Henrique do Carmo avaliou como positiva a ação policial e descartou falta de planejamento. Afirmou que a corporação

se preparou para o evento e agiu de forma correta para evitar conflitos entre os manifestantes contrários e favoráveis ao ex-presidente.

Os manifestantes favoráveis ao ex-presidente começam a montar um acampamento, chamado Lula Livre, próximo ao prédio da carceragem da PF Segundo Roberto Baggio, da Frente Brasil Popular, os grupos estão se organizando e haverá cozinha improvisada, equipes voluntárias de saúde, ônibus de apoio, colchões e barracas. Sobre possíveis conflitos, Baggio afirma que o objetivo é protestar de maneira pacífica. “Nossa orientação é de que nosso pessoal não aceite provocações. Eles [manifestantes favoráveis à prisão] ficam jogando cerveja, fazendo piadas, não vamos revidar.”

Anexo 29

Imprensa internacional destaca a prisão de Lula

Brasília

A prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi destaque nos principais jornais dos Estados Unidos, do Reino Unido, da França, Alemanha, Espanha, Argentina, do Uruguai, da Bolívia e Venezuela. Todos colocaram na capa imagens do ex-presidente, citaram sua biografia e as repercussões políticas em torno do episódio.

Nos Estados Unidos, o Washington Post lembrou que o homem chamado pelo ex-presidente norte-americano Barak Obama de “o político mais popular do mundo” converteu-se no “prisioneiro mais famoso da região”. O New York Times, em sua versão em espanhol, colocou na manchete a “virada” na carreira de um operário metalúrgico, que enfrentou a ditadura e chegou à Presidência da República.

O britânico The Guardi-

an também noticiou que Lula se entregou, depois de desafiar o pedido de prisão do juiz Sérgio Moro e de afirmar inocência. Segundo o jornal britânico, a prisão dele representa o fim de “uma era da esquerda no Brasil”. Na França, o Le Monde ressalta que Lula demorou para se entregar à Polícia Federal e conta a trajetória política dele afetada por questões na Justiça.

O EL País, da Espanha, na versão para a América Latina, fez um editorial em que defendeu a necessidade de o Brasil promover eleições presidenciais em clima de estabilidade. O alemão Deutsche Welle ressalta a prisão de Lula e a tentativa de impedi-lo de deixar o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo (SP).

Transmissão ao Vivo

Na Argentina, as emissoras de televisão transmi-

tiram ao vivo a movimentação de sábado (7), em São Bernardo do Campo (SP), desde a missa de que o ex-presidente participou até o momento em que ele foi transportado para Curitiba (PR). Comentaristas e analistas políticos observavam os efeitos da prisão de Lula nas eleições presidenciais de outubro.

O jornal El Clarín, da Argentina, chamou na capa o dia ontem de “show político”. O La Nacional também pôs na manchete o “fim da resistência de Lula”, enquanto o jornal Página 12 destacou a manifestação que deixou pelo menos oito feridos em Curitiba.

No Uruguai, o El País colocou na manchete: “Brasil estremeado” e Lula numa “cela de quinze metros”. Os presidentes da Bolívia, Evo Morales, e da Venezuela, Nicolás Maduro, segundo a imprensa, manifestaram apoio a Lula.

Anexo 30

Zoinho é pré-candidato a deputado federal pelo Solidariedade

Ex-deputado federal se junta a Maycon Abrantes, Samuquinha, Márcia Cury e Carlinhos Santana em nominata voltareddense da legenda

Volta Redonda

O ex-deputado federal e ex-vereador Zoinho (Jorge de Oliveira) é pré-candidato a deputado federal pelo Solidariedade. Ele deixou o PR, pelo qual foi deputado federal entre 2011 e 2014, e onde também disputou as eleições de 2012 e 2016 para a prefeitura.

Com o anúncio da pré-candidatura de Zoinho, o partido passa ter cinco pré-candidatos com base eleitoral em Volta Redonda, sendo dois a deputado federal (o próprio Zoinho e o vice-prefeito Maycon Abrantes) e três a deputado estadual: Fernando Garcia, o Samuquinha, que era assessor especial do prefeito Samuca Silva, Márcia Cury, ex-secretária municipal de Saúde, e o vereador Carlinhos Santana — um dos principais adversários políticos do prefeito.

Havia uma expectativa em torno da ida de Zoinho para o PRP, destino do ex-governador Anthony Garotinho, que também deixou

o PR e, durante a permanência da legenda, teve contatos frequentes com o ex-deputado voltareddense.

Zoinho compareceu ao evento em que foi anunciada a nova filiação partidária de Garotinho, no Club Municipal, no bairro da Tijuca, no Rio. Na época, ele disse que havia recebido um convite para se juntar à legenda e que iria pensar com carinho no convite e dará uma resposta ao ex-governador na próxima semana.

— Fiquei muito honrado com o convite recebido e vou estudar com carinho. Antes de tomar uma decisão, vou conversar com meus companheiros de PR e com integrantes do meu grupo político — disse Zoinho.

Tudo indica, no entanto, que os dois vereadores do PR em Volta Redonda (Edson Quinto e Luciano Mineirinho) permanecerão no partido. Edson Quinto ainda estuda a possibilidade de ser candidato a deputado estadual pelo PR.



Definido: Zoinho vai para o Solidariedade e é pré-candidato a deputado federal

Anexo 31

Prefeitura de Pinheiral promove assembleia de regularização fundiária no bairro Colina

Pinheiral

A Secretaria Municipal de Urbanismo, Habitação e Regularização Fundiária de Pinheiral realizará nesta (10), às 19h, a assembleia do Programa "Pinheiral Legal – Regularização de Terras", no bairro Colina. A assembleia será realizada no auditório da sede da Prefeitura Municipal de Pinheiral.

O Programa Pinheiral Legal é um programa do Governo Municipal que visa à regularização fundiária no município de Pinheiral, através de um conjunto de ações e iniciativas para a titulação das terras. Os cadastradores estarão durante todo o mês de abril visitando todas as unidades, moradias e lotes do bairro para fazer o cadastro físico e o cadastro socioeconômico de todos os moradores. O Programa Pinheiral Legal prevê nessa segunda etapa, além do bairro Colina, o Posto Zootécnico, Oriente, Chalet e parte do Centro.

— Em dezembro conseguimos chegar a uma etapa importante, que foi protocolar o projeto no Cartório Único de Pinheiral, o que

vai permitir com que neste ano de 2018 a gente consiga entregar a titularização aos moradores do bairro Ipê. A regularização fundiária vai se tornar uma realidade para todos que moram e residem em nossa cidade — disse o prefeito Ednardo Barbosa (MDB).

De acordo com informação da Secretaria de Regularização Fundiária, os bairros contemplados na primeira etapa estão em fase de conclusão do projeto (Cruzeiro I e Palmeiras). No bairro Cruzeiro II, o projeto está em fase de realização de cadastros. Já no bairro Ipê o projeto foi concluído e protocolizado no Cartório do Ofício Único de Pinheiral, e nesta etapa é aguardada a aprovação para titulação dos moradores. A terceira etapa visa a Regularização Fundiária da área do entorno da Rodovia Benjamin Constant (Estrada Pinheiral x Arrozal), prevista para ser iniciada no primeiro semestre de 2019.

— A participação de todos os moradores do bairro Colina é fundamental para que o programa obtenha sucesso. Aliás, não só partici-

pando da assembleia, que está sendo realizada em vários bairros com a presença do prefeito Ednardo Barbosa, assim como é importante receber os cadastradores e respondendo ao cadastro socioeconômico — disse a Secretária Municipal de Urbanismo, Habitação e Regularização Fundiária, Andréya Lemos Ferreira.

Bairros Parque Maira e Três Poços

Segundo informações da secretaria os trabalhos nos bairros Parque Maira e Três Poços, que deveriam ter sido concluídos em 2016, foram interrompidos em função de descumprimento por parte da contratada Fundação Bio Rio no contrato firmado com o Governo Municipal (2013-2016).

O contrato firmado entre a Prefeitura Municipal de Pinheiral e a Fundação Bio Rio previa a Regularização Fundiária dos bairros Parque Maira e Três Poços até o ano de 2016. O serviço apresentou irregularidades, inclusive pagamentos indevidos, e o contrato foi cancelado pelo atual Governo e



Preto no branco: Ednardo protocoliza projeto de regularização fundiária no cartório de Pinheiral

todos os trabalhos interrompidos.

A Fundação Bio Rio, após ter sido notificada pela Prefeitura Municipal de Pinheiral, informou que a Fundação está sob intervenção judicial e averiguação do Ministério Público sobre administração duvidosa e um desvio de funcionalidade, contratação de obras ci-

vis e realização de concursos públicos, além de denúncias de outras irregularidades.

Após o cancelamento do contrato, a Prefeitura de Pinheiral já tomou as providências necessárias junto à Caixa Econômica Federal e o Governo Federal para que uma nova empresa seja contratada e para que os traba-

lhos sejam reiniciados e concluídos ainda em 2018.

— Foi um desafio grande participar desse projeto. E, apesar das dificuldades que encontramos, fico feliz e orgulhoso de ver que a titulação agora é uma realidade para os moradores de Pinheiral que esperavam por isso há tanto tempo — disse Andréya Lemos.

Anexo 32

Alerj vai cobrar cumprimento de anistia a bombeiros e PMs

Rio

Os integrantes da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) vão enviar um ofício à Procuradoria Geral do Estado (PGE-RJ) cobrando o cumprimento da Lei Estadual 6.499/13. A norma, que entrou em vigor em setembro de 2013, anistiou bombeiros e policiais militares que participaram de movimentos reivindicatórios entre janeiro e março de 2012.

Nesta segunda-feira (09/04), os deputados se reuniram com o procurador geral do Rio, Rodrigo Zambão, para discutirem o tema.

Na prática, a anistia administrativa somente reintegrou às corporações os 28 servidores que foram afastados dos cargos em março de 2012. No entanto, esses militares não receberam os salários retroativos do perí-

odo em que ficaram parados, que foi de um ano e seis meses, e nem puderam contar com esse tempo para as promoções de suas carreiras. Ao todo, onze policiais militares e três bombeiros militares já conquistaram esses direitos na Justiça.

Integrante da CCJ, o deputado Luiz Paulo (PSDB), afirmou que a anistia tem que ser ampla, geral e irrestrita. "A comissão vai officiar a PGE para que o tema possa ser revisto. Esperamos que a procuradoria considere as últimas decisões do Tribunal de Justiça, que já deu ganho de causa a alguns militares. Nada pode ser descontado dos servidores que participaram das manifestações. Esse atrito gera desgaste, além de perda de tempo e de dinheiro para o estado", afirmou Luiz Paulo.

O parlamentar se mostrou otimista. "O procurador só pediu que a CCJ

provocasse formalmente a PGE. O ambiente da reunião foi de muita cordialidade. Acho que há uma boa vontade por parte do Executivo. Vamos enviar o ofício até quarta-feira", declarou. O presidente da comissão, deputado André Lazaroni (MDB), também participou do encontro.

Representantes dos servidores

O sargento do Corpo de Bombeiros Harrua Leal Ayres esteve na reunião. Ele lembrou que antes de serem expulsos das corporações, os 28 militares foram presos devido às manifestações. "Levaram a gente para o complexo penitenciário de Bangú sem mandato de prisão. Ficamos dez dias em uma solitária. Só fomos soltos por apelo popular. Queríamos apenas condições dignas de trabalho e melhores salários", informou o sargento.

"Após sermos soltos, fo-



Reunião: Representantes de bombeiros e PMs conversam com o deputado Luiz Paulo

mos surpreendidos com o afastamento dos cargos. Depois de muita luta, conseguimos a anistia através de uma lei aprovada na Alerj,

mas a norma nunca foi completamente respeitada. Espero que esse diálogo entre os deputados e o procurador do estado gere resul-

tados positivos. Infelizmente, ficamos um ano e meio sem receber salários, o que não é justo", disse o bombeiro.

Anexo 33

STF pode discutir novamente prisões em segunda instância

Advogado reforça pedido de liminar feita por partido político contra prisão em segunda instância

Brasil

O advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, conhecido como Kalkay, protocolou nesta segunda-feira (9) no Supremo Tribunal Federal (STF) mais um pedido para que o ministro relator, Marco Aurélio Mello, conceda uma liminar (decisão provisória) e garanta o direito de pessoas condenadas em segunda instância recorrerem em liberdade a tribunais superiores.

Com isso, caberá ao ministro Marco Aurélio Mello analisar se concede, monocraticamente, o novo pedido de liminar. Na semana passada, porém, o ministro deu indicações de que deve levar o pedido para plenário, suscitando uma questão de ordem durante a sessão plenária da próxima quarta-feira (11).

Caso concedida, uma liminar do tipo poderia beneficiar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, preso desde sábado (7) na Superintendência da Polícia Federal (PF) em Curitiba, após ter sido condenado a 12 anos e um mês de prisão no caso do triplex no Gurusujá (SP), pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), segunda instância da Justiça Federal.

O novo pedido foi feito em nome do Instituto de Garantias Penais (IGP), dentro da ação declaratória de constitucionalidade (ADC) sobre o assunto aberta pelo PEN (Partido Ecológico Nacional), que também é representado por Kalkay.

Na última quinta-feira (5), horas depois do julgamento que negou um habeas corpus preventivo a Lula, o advogado entrou com pedido de liminar com o mesmo teor, em nome do PEN. Nas duas peças, Kalkay argumenta "alteração no quadro jurídico" para justificar a concessão da liminar.

Entre os argumentos, está o de que, no julgamento, iniciado na semana passada, o ministro Gilmar Mendes manifestou mudança de entendimento em relação ao que havia votado em 2016, decidindo agora que a



Mudanças: Marco Aurélio Mello deve levar discussão novamente ao plenário do Supremo Tribunal

execução de pena só poderia se dar após recurso ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), e não após segunda instância, desfazendo a maioria anterior.

Outro ponto levantado pelo PEN é que a ministra Rosa Weber, apesar de votar contra o habeas corpus de Lula, disse que o faria somente em respeito à maioria de 2016, mas que, se estivesse a ADC em julgamento, votaria no sentido de não permitir a execução provisória de pena após condenação em segunda instância.

Defesa de Lula

O advogado Cristiano Za-

nin, da equipe de defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, informou no domingo (8) que o ex-presidente está indignado pela situação, mas está bem. Sem dar detalhes, Zanin disse apenas que conversou com Lula, mas que por ser um diálogo entre advogado e cliente não poderia dar mais informações.

Zanin afirmou que a defesa vai continuar a tomar medidas para que a prisão seja revogada, e admitiu que os advogados analisam a possibilidade de pedir a transferência do petista para São Paulo. "Vamos analisar eventual pedido de transferência. Mas não posso adian-

tar as estratégias da defesa. O que entendemos é que não há motivo jurídico para ele estar preso e vamos tomar as providências para que a prisão seja revogada", disse.

Sobre a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal (STF) reverter a prisão de Lula, ele disse que "acredito em uma reversão no STF, porque isso não é compatível com a nossa legislação. Nem a condenação, tampouco a prisão para o cumprimento antecipado de pena".

Também em entrevista, a presidente do PT, senadora Gleisi Hoffmann, disse que o ex-presidente Lula está tranquilo e bem. Ela disse que não esteve com Lula, mas

que conversou com o advogado Cristiano Zanin. Segundo a senadora, o defensor informou que o ex-presidente foi bem tratado e respeitado quando chegou à Superintendência da Polícia Federal na capital paranaense.

"Conversei hoje com doutor Zanin. Ele disse que ontem correu tudo bem. O presidente chegou muito bem aqui. O presidente foi bem tratado, foi respeitado. Chegou cansado, obviamente, porque ele estava há dois dias dormindo pouco ou quase não dormindo. Disse também que o Lula foi colocado em instalações que são dignas e que ele estava bem. Tranquilo, mas cansado, dis-

se a senadora.

Gleisi disse que os advogados negociam com a Superintendência da PF e com a Justiça a possibilidade de o ex-presidente receber visitas políticas. "Senadores e deputados têm representatividade pública e teriam direito de visitar Lula, que também é uma figura política. Então estamos vendo isso com a Polícia Federal, e os nossos advogados também estão vendo. Tem uma outra visita que é da Comissão de Direitos Humanos da Câmara e do Senado. Esta apenas vai marcar uma data para vir aqui e saber como o ex-presidente está passando. E tem ainda a visita dos familiares".

Anexo 34

FAB confirma veracidade de áudios vazados atacando Lula durante voo

Brasília

A Força Aérea Brasileira (FAB) confirmou a veracidade de áudios que circulam nas redes sociais envolvendo comunicações aeronáuticas com referências ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A FAB, em nota divulgada no Twitter, esclarece que as duas gravações foram registradas na frequência da Torre Congonhas, em São Paulo, e da Torre Bacacheri, em Curitiba, na noite de sábado, quando Lula era transportado para a Superintendência da Polícia Federal na capital paranaense.

Em uma das gravações

divulgadas pela imprensa, uma voz masculina, que não se identifica, afirma: “Leva e não traz nunca mais” e “Manda esse lixo janela abaixo”. Na sequência, uma voz feminina alerta que a frequência é gravada e pede que a pessoa se atenha à comunicação padrão utilizada em voos.

Ainda de acordo com o comunicado, os áudios não foram emitidos por controladores de voo. “Lamentavelmente, nas gravações em questão, as frequências foram utilizadas de modo inadequado por alguns usuários que se valeram do anonimato para contrariar essas regras”, informa a FAB.

Confira comunicado divulgado pela FAB:

“Os dois áudios recentes envolvendo comunicações aeronáuticas e contendo comentários externos são verdadeiros e ocorreram na frequência da Torre Congonhas, em São Paulo (SP), e na da Torre Bacacheri, em Curitiba (PR), ambos na noite de sábado (07/04).

Podemos afirmar que as referências ao ex-presidente não foram emitidas por controladores de voo.

As frequências utilizadas para essas comunicações aeronáuticas são abertas. O objetivo é que

todos na sua escuta tenham conhecimento do que está ocorrendo no tráfego aéreo, condição importante para manutenção da segurança operacional.

Quem estiver conectado pode ouvir e falar, seguindo as regras do tráfego aéreo, devendo utilizar a fraseologia padrão e se identificar. Lamentavelmente, nas gravações em questão, as frequências foram utilizadas de modo inadequado por alguns usuários que se valeram do anonimato para contrariar essas regras”.

Anexo 35

PT avalia mudança para Curitiba enquanto Lula estiver preso

 Curitiba

O PT estuda mudar a sede do partido para Curitiba enquanto o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva estiver preso na cidade, cumprindo a pena de 12 anos e um mês de prisão, a que foi condenado pelo Tribunal Federal de Recursos da 4ª Região (TRF4), por corrupção e lavagem de dinheiro.

A possibilidade de mudança da sede do partido deve ser avaliada nesta segunda-feira (9) pelos membros da Executiva Nacional do PT, que estão reunidos na capital paranaense para debater os rumos do partido após a prisão de Lula.

Segundo o deputado Paulo Teixeira (SP), membro da executiva, outros temas em pauta são a possibilidade de parlamentares e

ocupantes de outros cargos políticos visitarem Lula na sede da Superintendência da Polícia Federal no Paraná, onde ele está preso, e a expectativa de o Supremo Tribunal Federal (STF) reverter a prisão do ex-presidente.

"A esperança nossa agora é o Supremo consertar esse erro judicial que está sendo cometido", afirmou Teixeira, ao chegar à reu-

nião.

O partido tem reafirmado que mantém a pré-candidatura de Lula à Presidência da República. Entre os 29 membros da executiva presentes ao encontro estão ainda a presidente do PT, senadora Gleisi Hoffmann (PR), os líderes do partido na Câmara dos Deputados, Paulo Pimenta (RS), e no Senado, Lindbergh Farias (RJ).

Temer diz que Brasil enfrenta momento difícil na política

Brasília

O presidente Michel Temer disse nesta segunda-feira (9) que o Brasil superou uma fase difícil na economia, mas enfrenta um momento difícil “sob o foco político”. Ele discursou na posse do novo presidente do Banco do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e disse que é preciso seguir adiante cumprindo rigorosamente o sistema normativo e a Constituição que garantem a estabilidade ao país.

“As bases, alicerces e suportes para o crescimento do país foram plantados nesses quase dois anos de governo. Isto é fundamental para o país. Temos que ter consciência disso. Precisamos saber que saímos de um momento difícil do país, continuamos sob um momento difícil também sob o foco político, mas temos que seguir adiante, e seguir adiante significa cumprir a normatividade nacional, cumprir a Constituição, cumprir rigorosamente o sistema normativo nacional porque é isso que dá estabilidade ao país”, disse o presidente da República.

Acrescentou que só há organização quando se garante o cumprimento estri-

to à norma jurídica. “Quando você acha que não precisa cumprir a norma jurídica, você desorganiza a sociedade”, afirmou.

Função social

Na cerimônia, Temer empossou Dyogo Oliveira na presidência do BNDES. Oliveira deixou o Ministério do Planejamento para assumir a nova função. Ele fica no lugar de Paulo Rabelo de Castro que sai da presidência do banco para se candidatar nas eleições de outubro.

Ao falar sobre o papel do BNDES, Temer destacou a função social dos bancos públicos. “Os bancos públicos sempre devem ter uma função social. Os bancos públicos, de fora a parte do desenvolvimento econômico do país, que eles também perseguem, mas devem perseguir a função social”. E citou como exemplos os investimentos em educação, segurança pública e microempresários.

Na cerimônia de posse, realizada no Rio de Janeiro, o presidente citou a intervenção do governo federal na área de segurança pública do estado e disse que as últimas ações no Rio foram “preciosas” para a cidade e para o país.